

Quem disse ?

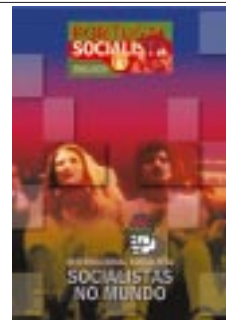
«O PS precisa de uma reorientação estratégica e de repor com urgência o primado dos valores»

Manuel Alegre
Expresso, 7 de Outubro



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Derrotada uma das ditaduras mais opressivas

Primeiro-ministro saúda vitória dos democratas jugoslavos

O primeiro-ministro e secretário-geral do PS, António Guterres, saudou a vitória dos democratas jugoslavos e manifestou a sua esperança de que a democratização do país seja irreversível. «O primeiro-ministro saúda o corajoso comportamento dos democratas jugoslavos, afrontando uma das ditaduras que mais têm contribuído não só para a opressão do seu povo, como também para a instabilidade na Europa», refere o comunicado emitido pelo gabinete do chefe do Governo.

António Guterres reiterou ainda «o desejo de que a vontade da maioria do povo sérvio, claramente expressa nas urnas, se traduza numa transição política pacífica, de forma a que o processo de democratização em curso seja irreversível para bem do povo jugoslavo».

Já no sábado passado, nas Baleares, em Espanha, o primeiro-ministro considerou que a grande ameaça que pode existir para Portugal está no Mediterrâneo e defendeu novas formas de cooperação com aquela região. Falando na sessão inaugural do II Encontro de Formentor, António Guterres analisou os diversos conflitos que ameaçam a instabilidade europeia e mundial, desde os da Ásia Central, tendo o fundamentalismo religioso como pano de fundo, até aos nucleares e mesmo políticos, sociais e económicos.

Para António Guterres, o Médio Oriente «é a mãe de todos os conflitos» e, por vezes, «serve de pretexto» para outros que contagiam regiões próximas. Na resolução deste conflito, segundo o chefe do Governo, é necessário que as duas partes façam cedências em questões fundamentais que as dividem e também que os dois povos compreendam a importância dessas mesmas cedências. No entanto, no mundo também há sinais positivos.

«Hoje há uma grande esperança, quando o mundo assiste a uma explosão democrática e de coragem admirável nas ruas de Belgrado que faz lembrar o 25 de Abril de 1974 e que pode criar as condições para que se resolva o círculo vicioso em que se estava nos Balcãs», comentou.

Ministro das Finanças apresentou grandes linhas da reforma fiscal

Contribuintes isentos de IRS 1,5 milhões
Desagravamento fiscal 100 milhões de contos

É já um dado claro e indiscutível que a proposta de Orçamento de Estado de 2001 do Governo irá permitir um significativo desagravamento fiscal a muitos portugueses. O Orçamento terá por isso uma forte carga de justiça fiscal, a par do tradicional rigor. Perante estas características, os partidos da oposição apenas poderão reprová-lo por uma atitude de irresponsabilidade. Em Alenquer, nas comemorações do 5 de Outubro de 1910, o primeiro-ministro lembrou que a aprovação do Orçamento é essencial para a estabilidade política. Jorge Coelho também evidenciou os efeitos negativos de um país governado por duodécimos. Está em causa o desenvolvimento sustentado do País, advertiu o ministro de Estado e do Equipamento Social. Por sua vez, o ministro das Finanças, Pina Moura, demonstrou a injustiça social inerente a uma das principais propostas do PSD, partido que quer aumentar o IVA, prejudicando assim as pessoas que possuem menores rendimentos. Pelo contrário, salientou, a reforma fiscal proposta pelo Governo não precisa de brevíário ideológico. Representa um desagravamento fiscal na ordem dos 100 milhões de contos e mais de 1,5 milhões de contos de contribuintes vão ficar isentos de IRS. No entanto, para que este importante passo no sentido de maior justiça social se concretize, o titular da pasta das Finanças frisou a necessidade de aprovação do Orçamento de Estado.



Sociedade & País

Comemorações do 5 de Outubro Sampaio critica cultura material e euforia consumista



O Presidente da República, Jorge Sampaio, criticou no dia 5, num discurso feito na Câmara Municipal de Lisboa, «a cultura material e a euforia consumista» em que vive actualmente, que transformou «a posse de bens num valor superior a todos os outros», tendo apelado à solidariedade «como pilar essencial do ideário republicano».

União Europeia

Paris Encontro de jovens para elaborar um Livro Branco



O encontro europeu de jovens, destinado a elaborar um Livro Branco sobre Políticas de Juventude, terminou no dia 8 em Paris. Durante três dias, estiveram reunidos 450 jovens dos países membros da UE e dos países candidatos à adesão e representantes de governo e da Comissão Europeia. Portugal estava representado por 25 jovens, assim como por vários responsáveis dos organismos da juventude, e com a presença igualmente do secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes.



Na hora da verdade

A política portuguesa aproxima-se de uma fase importante de clarificação. Brevemente, a Assembleia da República vai discutir a proposta do Governo de Orçamento de Estado de 2001.

Para o próximo ano, o Governo do PS propõe um significativo desagravamento fiscal em sede de IRS e também de IRC. Mais de um milhão e meio de contribuintes vão ficar isentos do pagamento deste imposto. A descida do IRS beneficia igualmente de forma objectiva as classes médias e, sobretudo, os trabalhadores por conta de outrem – aqueles que até aqui têm suportado o grosso do total de receitas recolhidas pelo Estado.

Por outro lado, tendo em vista beneficiar quem até agora tem cumprido com as suas obrigações perante o Estado, o Governo pretende também adoptar medidas que façam com que aqueles que têm fugido ao pagamento de impostos comecem finalmente a pagar aquilo que devem. Exemplos de medidas moralizadoras não faltam: os bancos terão obrigações fiscais semelhantes aos das outras empresas; as facilidades na zona franca da Madeira serão mais limitadas; e a máquina fiscal ficará dotada de novos meios humanos e jurídicos para combater a evasão e a fraude fiscal.

Todos estes objectivos do Governo são indiscutivelmente justos. A esmagadora maioria dos portugueses apoia-os, porque exige mais justiça e maior equidade no campo fiscal. Ou seja, se a grande marca da política orçamental do próximo ano é a justiça fiscal, em princípio, não deveria haver qualquer motivo para que as oposições se colocassem contra o Orçamento de Estado de 2001.

No entanto, têm surgido alguns sinais preocupantes. O PSD apresentou um projecto de lei que aumenta os impostos indirectos, sobretudo o IVA, prejudicando assim os cidadãos mais carenciados. O PP de Paulo Portas, que de forma demagógica tem feito discursos a favor dos fracos e dos oprimidos, deixa agora cair a sua máscara, preparando-se para servir de porta-voz aos discursos dos grandes banqueiros e dos contribuintes que não cumprem as suas obrigações perante o Estado. Mas também é preciso dizer ao PCP que de pouco valerá a pena aprovar a reforma fiscal se também não contribuir para viabilizar o Orçamento de Estado do próximo ano. Sem Orçamento de Estado não poderá haver desagravamento fiscal em 2001.

Estamos perto da hora da verdade. Vamos ver entre os partidos da oposição se algum está realmente interessado em promover a justiça social no país. Vamos ver também quem prefere a pequena política – aquela que subordina o interesse nacional aos mesquinhos interesses partidários.



UGT AMEAÇA GOVERNO

A edição de 7 de Outubro do «Acção Socialista» estava repleta de motivos de interesse. Da cultura à política, passando pelo desporto e interessantes artigos de opinião, a informação era completa.

Nas páginas 6 e 7, podia ler-se uma estimulante entrevista com Yilmaz Guney, militante político e realizador de «Yo!», Palma de Ouro do Festival de Cannes em 1982.

Na página 9, com chamada de primeira página, a ameaça da UGT ao Governo da AD com uma greve nacional – realizada numa conferência de Imprensa em que Torres Couto teceu duras críticas à política económica, social e laboral do Governo de centro-direita – era uma das notícias mais em evidência.

No canto superior direito da primeira página anunciava-se um debate na RTP-2 entre Soares e Cunhal, uma espécie de «remake» do célebre frente-a-frente televisivo durante o Verão Quente de 75.

J. C. CASTELO BRANCO

7 de Outubro

Quem disse?

«Estudei e estudo o marxismo. Como o sistema marxista forma a unidade da teoria e da prática, não posso, de forma alguma, afirmar-me com sendo um verdadeiro marxista»

Yilmaz Guney



Tecnologia: Internet Mínima Garantida

O primeiro-ministro, António Guterres, lançou ontem a «Internet Mínima Garantida». Trata-se de uma das iniciativas governamentais destinadas a massificar a utilização da Internet e a democratizar a Sociedade da Informação.

A medida foi apresentada numa cerimónia que decorreu nas instalações da Marconi, em Carcavelos, e em que participaram também os ministros da Ciência e da Tecnologia, José Mariano Gago, e do Equipamento Social, Jorge Coelho.

A iniciativa para a massificação da Internet passa pela adopção de um novo tarifário mensal fixo, independentemente da duração das chamadas telefónicas ou dos períodos de navegação.

O ministro da Ciência e da Tecnologia explicou que a iniciativa tem por base a decisão dos operadores de aumentar a oferta concorrencial no segmento das tarifas não temporizadas (*flat rate*).

Segundo o governante, o acesso à Internet vai passar a ser contratado pelo utilizador através de uma mensalidade fixa,



independentemente da duração das chamadas (tempo de navegação).

Entretanto, a Portugal Telecom (PT) anunciou que as *flat rate* para utilização da net passam a ser de seis ou três contos/mês, consoante as necessidades do utilizador.

Segundo a PT, quem pretender aceder à rede 24 horas por dia poderá, nesta opção, pagar seis mil escudos mensais (200 escudos por dia), e quem quiser fazê-lo apenas no horário económico alargado (entre as 18h e 9h), fins de semana e feriados nacionais, três mil escudos mensais (100 escudos por dia).

Justiça: Souto de Moura é o novo PGR

O novo procurador-geral da República, José Adriano Souto de Moura, 50 anos, foi empossado na passada segunda-feira, dia 9, pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, sucedendo a José Narciso da Cunha Rodrigues, que se manteve no cargo 16 anos.

Natural do Porto, Souto de Moura foi nos últimos anos colaborador directo de Cunha Rodrigues, tendo sido membro do Conselho Consultivo da Procuradoria, órgão para o qual foi convidado pelo seu antecessor, em 1993, quando exercia funções docentes no Centro de Estudos Judiciários.

Quando o nome de Souto de Moura se tornou oficial, Cunha Rodrigues não

escondeu o seu agrado e o presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Pena dos Reis, disse ser um dos desejáveis.

A Associação de Juizes, a Ordem dos Advogados e os partidos com assento parlamentar foram também positivos na sua apreciação do indigitado.

Souto de Moura tem à partida o apoio de todos os quadrantes judiciais e políticos. Cunha Rodrigues, que passa a ser um dos 15 juizes do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias, foi agraciado no mesmo dia – horas antes da posse de Souto de Moura – pelo chefe de Estado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

Reforma fiscal: Bancada do PS procura consensos

O Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) está aberto a viabilizar uma solução que permita que os vários projectos de reforma dos impostos sobre o rendimento possam baixar à Comissão Parlamentar de Economia para debate na especialidade.

Manuel dos Santos, vice-presidente do GP/PS confirmou ser esse o entendimento dos deputados socialistas, por considerarem que existem pontos de consenso entre as várias propostas – Governo, PCP, PSD, BE e PP.



ATL estuda novos métodos

O secretário de Estado adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Rui Cunha, vai criar um grupo de trabalho com o objectivo de fazer o levantamento da oferta

dos serviços de Actividades dos Tempos Livres (ATL) e identificar a diversidade das metodologias adoptadas pelas organizações que prestam este serviço.

1,5 MILHÕES DE CONTRIBUINTES ISENTOS DE IRS 100 MILHÕES DE CONTOS DE DESAGRAVAMENTO FISCAL

É já um dado claro e indiscutível que a proposta de Orçamento de Estado de 2001 do Governo irá permitir um significativo desagravamento fiscal a muitos portugueses. O Orçamento terá por isso uma forte carga de justiça fiscal, a par do tradicional rigor. Perante estas características, os partidos da oposição apenas poderão reprová-lo por uma atitude de irresponsabilidade. Em Alenquer, nas comemorações do 5 de Outubro de 1910, o primeiro-ministro lembrou que a aprovação do Orçamento é essencial para a estabilidade política. Jorge Coelho também evidenciou os efeitos negativos de um país governado por duodécimos. Está em causa o desenvolvimento sustentado do País, advertiu o ministro de Estado e do Equipamento Social. Por sua vez, o ministro das Finanças, Pina Moura, demonstrou a injustiça social inerente a uma das principais propostas do PSD, partido que quer aumentar o IVA, prejudicando assim as pessoas que possuem menores rendimentos. Pelo contrário, salientou, a reforma fiscal proposta pelo Governo não precisa de brevíário ideológico. Representa um desagravamento fiscal na ordem dos 100 milhões de contos e mais de 1,5 milhões de contos de contribuintes vão ficar isentos de IRS. No entanto, para que este importante passo no sentido de maior justiça social se concretize, o titular da pasta das Finanças frisou a necessidade de aprovação do Orçamento de Estado.

Durante o jantar comemorativo do 5 de Outubro, em Alenquer, o primeiro-ministro reafirmou que o Orçamento de Estado de 2001 será de rigor e estará ligado à reforma fiscal com o desagravamento dos impostos. António Guterres acrescentou que a grande marca do próximo orçamento vai ser «o rigor e a justiça». Os trabalhadores por conta de outrem vão ter impostos mais baixos e aqueles que fogem ao fisco vão deixar de o fazer», sublinhou. O primeiro-ministro referiu ainda eu só com a aprovação do Orçamento de Estado de 2001 «o país atingirá a estabilidade política».

Na mesma linha de intervenção, o ministro de Estado e do Equipamento Social, Jorge Coelho, advertiu que, caso o Orçamento de Estado de 2001 não seja aprovado, «Portugal arrisca-se a ficar parado durante um ano». De acordo com Jorge Coelho,



esta situação só poderá acontecer se a oposição continuar a andar nervosa com os seus múltiplos problema internos». Em tom de aviso, o ministro de Estado e do Equipamento Social lembrou que «está em causa o desenvolvimento do País, que só não andarà para a frente se a oposição se revelar irresponsável». Em relação ao PSD, o coordenador da Comissão Política Permanente do PS lembrou que os seus dirigentes já nadam a dizer que vão votar contra, quando ainda nem sequer conhecem a proposta de Orçamento. «Isto é o sinónimo da política pela política na sua expressão menos digna», acusou.

Já no dia seguinte, sexta-feira, o ministro das Finanças comentou uma das principais propostas defendidas pelo PSD em termos de reforma fiscal. Referiu então que aumentar o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) para poder descer, com a receita ganha, o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), seria um «enorme erro de política económica». Falando na apresentação da proposta de reforma fiscal do Governo, Pina Moura aproveitou a ocasião para se pronunciar sobre contrapropostas e apreciações que estão já a ser produzidas, depois da aprovação deste diploma em Conselho de Ministros. De acordo com o titular da pasta das Finanças, caso se optasse por aumentar o IVA, isso iria intensificar «tensões inflacionistas, que, não sendo alarmantes, não deixam de ser uma realidade actual na economia portuguesa».

Além deste aspecto, tal medida favoreceria injustiças sociais que se pretendem anular no actual quadro fiscal, já que o IVA «é o imposto mais escondido e mais efectivo sobre os titulares de menores rendimentos». O ministro referia-se então ao facto de o IVA ser igual para todos, representando em valor um encargo fiscal por bem ou serviço comprado idêntico para pessoas de rendimentos dispares, e acabando assim, por onerar mais, em termos relativos, as pessoas com rendimentos mais reduzidos.

Redução do número de escalões

Também segundo o ministro das Finanças, a reforma fiscal do Governo «não precisa de brevíário ideológico para ser aprovada», referindo depois que «há condições políticas» para que este diploma entre rapidamente em vigor. No entanto, acrescentou o membro do Executivo, «é evidente que vários dos aspectos da reforma fiscal, nomeadamente um desagravamento fiscal em sede de IRS na ordem dos 100 milhões de contos, não se poderão concretizar sem a aprovação do Orçamento de Estado de 2001». Ao desagravamento proposto corresponderá, do lado da despesa, como «a outra face da moeda, um maior rigor na despesa pública e uma melhor despesa pública, com maior eficácia e objectivos económicos e sociais que os portugueses

possam validar».

Como explicou Pina Moura, trata-se de «uma reforma global, coerente e articulada», estando já no Parlamento o primeiro dos seus pilares: o da reforma da tributação do rendimento. Até ao final do mês, virá a proposta do segundo pilar: a da reforma do sistema de infracções tributárias e garantias do contribuinte. Para o final do ano, e com efeitos já em 2002, será apresentada a reforma da tributação do património imobiliário, ficando para um futuro por determinar o desenvolvimento da nova fiscalidade, ligada ao ambiente. Razões pragmáticas, frisou, e imperativos de justiça social recomendaram que se começasse pela reforma da tributação do rendimento, uma vez que os impostos representam dois mil milhões de contos de receitas, dez vezes mais do que o património.

Na área do rendimento, Pina Moura caracteriza a reforma proposta como a primeira intervenção de fundo efectuada no quadro fiscal, desde a introdução do IRS e IRC em 1988. No IRS, explicou Pina Moura, a mudança é de fundo por quatro razões. Porque altera o «domínio de incidência pessoal e real», destacando-se neste capítulo a redução das categorias de rendimento de nove para seis; porque lança o «desarmamento das taxas liberatórias», pertencendo ao futuro «o englobamento obrigatório de todas as fontes na declaração de rendimento; porque reformula o sistema

Continua na página seguinte

Continuação

de deduções, abatimentos e benefícios fiscais, «favorecendo a família»; e, por fim, porque se faz uma «modificação global e coerente» do sistema de taxas e de escalões.

Mudanças profundas no IRC

Na área do IRC, o destaque vai para a introdução dos preços de transferência e para o «reforço anti-abuso no domínio da sub-capitalização». Com a imposição de preços de transferência pretende-se contrariar práticas de subfacturação entre empresas do mesmo grupo multinacional, visando estas a evasão fiscal. Além disso, como sublinhou o ministro das Finanças, mais sete novidades alteram profundamente o regime de IRC em vigor. Tais novidades incluem a mudança de regime no apuramento do lucro dos grupos da tributação consolidadas para a tributação integrada, o fim da dedução dos custos e das provisões para riscos gerais de crédito, afectando a banca, o regime aplicável às mais-valias reinvestidas, resultantes da transmissão de immobilizado incorpóreo, o regime simplificado de tributação para empresas com negócios até 30 mil contos, a eliminação da dupla tributação económica de dividendos, mudanças nos benefícios fiscais e na imputação de custos e proveitos a subsidiárias nas zonas francas.

Por fim, o titular da pasta das Finanças destaca um planeamento de novas descidas na taxa de IRC, que deverá passar de 30 por cento em 2002, e regressar até 25 por cento em 2006. Pina Moura justifica o calendário proposto para este efeito com a necessidade de «maturar» o combate à fraude e evasão fiscais, que deverá custear novas baixas nas taxas. Porém, o ministro faz igualmente questão de recordar que, desde a sua criação e até 1996, o imposto sobre lucro das empresas conheceu apenas uma baixa na taxa de meio ponto percentual. Ao passo que desde que o PS governa o país a redução já soma quatro pontos percentuais, acenando-se para futuro com nova descida – o que somada dá sete pontos percentuais.

Significativo desagregamento fiscal

Na mesma conferência de Imprensa, o ministro das Finanças evidenciou que mais de 1,5 milhões de contribuintes vão ficar isentos de IRS a partir de 2001, com o alargamento do rendimento fiscal mínimo previsto na proposta de reforma fiscal do Governo. A proposta prevê que os rendimentos anuais brutos até 2100 contos exclusivamente provenientes do trabalho independente deixem de ser tributados, o que irá beneficiar 693 mil contribuintes. Juntando a estes os 953 mil contribuintes com rendimentos anuais brutos inferiores a 800 mil escudos, já abrangidos pela isenção de IRS, os isentos de imposto sobre rendimentos das pessoas singulares passam a totalizar 1.546 milhões. Segundo o ministro das Finanças, esta reforma prevê uma baixa geral das taxas para todos os escalões até 10 mil contos de rendimento bruto. «As consequências em

termos de diminuição de impostos para os rendimentos do trabalho são inequívocos», afirmou Pina Moura, dando como exemplo uma redução de imposto entre seis por cento para um casal com dois filhos e rendimento de 800 contos por mês, e de 25 por cento para um casal com um filho e 200 contos mensais. A modificação global e coerente do sistema de taxas e escalões que as anteriores medidas demonstram é, para Pina Moura, apenas um dos pilares no qual se sustenta a reforma da tributação do rendimento, que inclui ainda a reformulação do sistema de deduções e abatimentos, bem como dos benefícios fiscais. Desta forma, passam a ser dedutíveis as despesas com creches e jardins de infância, além de as deduções passarem a ser indexadas ao salário mínimo nacional. Como explicou o secretário de Estado das Finanças, «o valor das deduções eram pouco claras», de ano para ano, mas, a partir de agora, «passarão a ter em conta a variável do salário mínimo nacional».



De acordo com os dados apresentados por Ricardo Sá Fernandes, as deduções de IRS serão, no exercício do ano de 2001, de 60 por cento do salário mínimo para os não casados, de 50 por cento para os casados, de 40 por cento para os dependentes, e de 30 por cento para ascendentes.

Benefícios para as famílias

As famílias monoparentais, «até agora praticamente ignoradas», o Governo pretende dar um sinal de que «está atento» e irá propor deduções de 80 por cento do salário mínimo nacional, adiantou ainda o mesmo membro do Governo. Para as famílias numerosas (com mais de dois filhos), a proposta de reforma fiscal do Governo prevê igualmente alguns avanços, nomeadamente ao nível das deduções com despesas de educação, que serão até 20 por cento do salário mínimo por dependente.

O sistema de tributação simplificada, que, para além, de se destinar a pessoas colectivas, inclui ainda empresários individuais com volumes de negócios inferiores a 30 mil contos e sem contabilidade organizada, também trará novidades em sede de IRS. Para os empresários individuais, ou profissionais

liberais, o apuramento da matéria colectável vai corresponder a 25 por cento das vendas ou de 65 por cento na prestação de serviços e outros proveitos. Quanto ao englobamento de rendimentos de mais-valias em acções, outros valores mobiliários ficaram isentos de tributação, mas não de declaração, até ao montante de 200 contos. Acima deste valor, serão englobados a 50 por cento as referentes a títulos detidos há mais de 24 meses, e a 75 por cento as que se referem a títulos detidos há menos de dois anos, «para fazer a diferença entre as mais e as menos especulativas», justificou o secretário de Estado das Finanças.

Quanto aos dividendos, serão englobados apenas para apuramento de taxa e continuarão a ser tributados com a taxa liberatória, sendo esta «uma solução razoável e adequada ao momento actual», acrescentou ainda o mesmo membro do Executivo socialista. Na opinião de Ricardo Sá Fernandes, a proposta do Governo torna ainda o IRS «num imposto mais unitário e

em Conselho de Ministros. Pina Moura salientou que a reforma fiscal proposta pelo Governo vai prever a eliminação da dedutibilidade fiscal das provisões para riscos gerais de crédito até 2003. O objectivo desta iniciativa, que será introduzida gradualmente, é ajustar o padrão de tributação dos bancos ao das restantes empresas. O Governo pretende assim que os bancos paguem uma taxa de IRC idêntica àquela que é já paga pelas empresas de outros sectores. Por esta via, a dedutibilidade fiscal das provisões para riscos gerais de crédito será reduzida para 50 por cento nos exercícios de 2001 e de 2002, sendo completamente eliminada a partir de 2003.

Transparência nas zonas francas

Como também salientou o ministro das Finanças, «chegou igualmente a hora de verificar mais transparência e rigor fiscais nas zonas francas da Madeira e dos Açores». Para isso, propõe-se a criação de mecanismos de efectivo controlo da qualidade de «não residente» aos utilizadores de «off-shore», bem como a clarificação da metodologia de imputação de custos e proveitos de instituições financeiras nacionais que possuem sucursais nas zonas francas, para «superar indefinições lesivas do interesse público». Esta última medida destina-se a pôr cobro à chamada «lavagem de cupões» de obrigações, alegadamente utilizada pelas instituições financeiras para fugir ao pagamento de impostos sobre os respectivos juros.

O Governo está ainda disposto a eliminar as chamadas «operações triangulares», através das quais cidadãos residentes em Portugal têm acesso ilegal e ilegítimo aos benefícios fiscais dessas zonas. «Estas várias medidas estão previstas para ampliar a base tributária e, desta forma, poder baixar os impostos para as famílias e as empresas», salientou o titular da pasta das Finanças.

Outra importante inovação é que a tributação por rendimento presumido para os grandes evasores ao fisco vai começar a ser aplicada em 2002, igualmente no âmbito desta reforma fiscal. «Aqueles que exibem manifestações de fortuna e que não encontram justificação nos rendimentos que declaram vão ser confrontados, por lei, com a obrigação de evidenciarem essas formas de rendimento ou, em alternativa, serão tributados por rendimento presumido. As aquisições por rendimento presumido», advertiu Pina Moura. Nas declarações de rendimento referentes a 2001, que serão entregues no início de 2002, os contribuintes vão ser obrigados a declarar as aquisições de património efectuadas nos três anos anteriores ou, em alternativa, serão tributados por rendimento presumido. As aquisições a pronto pagamento de residências permanentes ou secundárias de valor superior a 50 mil contos, de automóveis de valor superior a dez mil contos, de barcos de recreio a partir de cinco mil contos e de aeronaves de qualquer valor terão de ser obrigatoriamente declaradas. «Esta é uma reforma fiscal pela equidade e contra a impunidade», salientou Pina Moura.

justo» com a redução do número de categorias de nove para seis.

A Alterações nos benefícios fiscais

No que diz respeito aos benefícios fiscais, mantêm-se inalterados os relativos aos Planos Poupança Habitação, terminam os relativos aos Planos Poupança Acções e aos Planos Poupança Condomínio. Por outro lado, são introduzidos novos incentivos à poupança de longo prazo (de mais de cinco anos) qualquer que seja o produto financeiro escolhido.

Finalmente, em matéria de sigilo bancário, o Governo estabelecerá três patamares: o primeiro, de acesso automático, é accionado quando existe violação dos deveres de cooperação por parte do contribuinte, que poderá no entanto recorrer da decisão, mas cujo recurso não tem efeitos suspensivos; o segundo patamar é acedido quando existe suspeita de evasão fiscal, ou fraude, e permite o acesso às informações bancárias, mas com efeito suspensivo; o terceiro e último patamar, ao qual só os tribunais permitirão o acesso, diz respeito às informações de familiares e terceiros.

Já na conferência de Imprensa que se seguiu à aprovação desta proposta de lei

PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O secretário de Estado da Administração Interna, Carlos Zorrinho, considerou, ontem, que o voluntariado nos bombeiros «é um exemplo de cidadania», mas «deve ser encarado com profissionalismo».



O governante, que falava na abertura oficial do ano lectivo da Escola Nacional de Bombeiros (ENB), em Sintra, adiantou que, para isso, a formação e a informação «são essenciais».

«A ENB tem que estar onde estão os bombeiros, formando, acreditando e valorizando os seus alunos, preparando formadores e dirigentes», enfatizou Carlos Zorrinho.

A formação é, de resto, uma das grandes apostas da escola para este ano, segundo o seu presidente Luciano Loureiro.

Para o secretário de Estado da Administração Interna, a Escola Nacional de Bombeiros «deve ter maior capacidade de resposta, através de uma contratualização transparente com as entidades financiadoras e de uma associação profícua com os centros de saber».

Neste contexto, Carlos Zorrinho pediu que «todos vistam a camisola» da qualidade e da competência, de forma a reivindicar meios e apoios.

Para o ano lectivo 2000/2001, a Escola Nacional de Bombeiros dispõe de um orçamento de 500 mil contos, para formar os 58 alunos inscritos.

AMBIENTE

O secretário de Estado do Ambiente garantiu, ontem, que o actual traçado da auto-estrada do Sul (A2) constitui uma «grande vitória do ambiente», tendo sido salvaguardados e compensados todos os impactos ambientais.

Esta posição foi expressa a propósito da decisão tomada pela Comissão Europeia de avançar com um processo de infracção contra Portugal por violação da directiva comunitária Habitats no traçado da A2, devido ao atravessamento da Zona de Protecção Especial (ZPE) de Castro Verde.

A definição do traçado da A2 – adianta o secretário de Estado Rui Gonçalves – foi um processo longo, alvo de vários estudos de impacto ambiental amplamente discutidos.

«Foram salvaguardados os valores ambientais», assegurou.

«Grave seria – reforça – a manutenção do traçado inicial da A2, que cortava ao meio a Serra do Caldeirão, um dos principais santuários ambientais do País».



A opção pelo atravessamento de uma «área marginal» da ZPE de Castro Verde fez-se depois de «controlados, compensados e minimizados» todos os impactos ambientais.

«Mereceu-nos grande atenção e foi compensado com o alargamento da ZPE», reafirmou Rui Gonçalves.

DESPORTO

O ministro do Desporto, Armando Vara, assegurou, no dia 8, em Torre de Moncorvo, que «o Euro 2004 não vai passar ao lado da região de Bragança», apesar desta região não ter sido contemplada com infra-estruturas ou de eventos desportivos.



«O Euro 2004 vai passar ao lado do Interior em termos da realização de jogos, mas outras iniciativas vão chegar a esta região, na fase preparatória do campeonato», adiantou.

Estágios das equipas participantes, iniciativas culturais relacionadas com o evento e de promoção serão algumas das manifestações que permitirão ao interior do País viver o espírito do campeonato europeu de futebol, segundo o ministro.

Vara disse ainda que o interior será também contemplado com um programa de requalificação e criação de infra-estruturas desportivas, cujos montantes estão ainda dependentes da aprovação do Orçamento de Estado.

«Antes do final do ano, iniciaremos

conversações com as autarquias e associações locais para fazer um levantamento das necessidades existentes», declarou.

Armando Vara deslocou-se a Torre de Moncorvo para participar no Congresso da Federação de Bragança do PS, mas não despiu a camisola de ministro do Desporto e marcou presença no estádio municipal para assistir ao início da partida de futebol entre o Moncorvo e o Esmoriz, a contar para o campeonato nacional da III Divisão.

FINANÇAS

O ministro das Finanças reafirmou que o Governo vai cortar no crescimento das despesas sociais, no próximo ano, garantindo que o Orçamento de Estado (OE) para 2001 vai ser «restritivo».

Segundo Pina Moura, que falava, no dia 10, na Exponor, Porto, «a despesa pública real crescerá metade» dos sete por cento verificados este ano, pelo que, para alcançar este objectivo, vão ser feitos cortes no crescimento das despesas nos ministérios da Educação, da Saúde e do Trabalho e da Solidariedade.

«É necessária uma maior racionalidade da despesa social» e «não se pode justificar como sendo apenas uma boa despesa», defendeu o ministro, num debate, promovido pela Associação Empresarial de Portugal, em que participaram diversos empresários.

Pina Moura explicou que a despesa social

representa cerca de 57 por cento do total da despesa pública e que, «a solução não é aumentá-la».

No que toca à política de finanças públicas, o governante considera que esta deve ser compatível com esta estratégia de viragem.

Pina Moura considerou que a economia deve crescer com base na produtividade, na procura externa e no capital humano de qualidade.



Nos próximos anos, «haverá necessidade de acelerar o crescimento no investimento sem agravar o endividamento», mas, para isso, o Estado terá de se tornar num «agente aforrador», passando de um Estado deficitário para um Estado superavitário em termos de contas públicas.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 4 de Outubro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que reforma a tributação do rendimento e adopta medidas destinadas a combater a evasão e fraude fiscais, alterando o Código do IRS, o Código do IRC, o Estatuto dos Benefícios Fiscais, a Lei Geral Tributária, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código de Procedimento e Processo Tributário e legislação avulsa;
- Um diploma que altera o anexo do decreto-lei que aprovou as medidas preventivas com vista a salvaguardar a execução das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades;
- Um decreto-lei que constitui a sociedade Polis Vila do Conde, SA, Sociedade de Requalificação Ambiental e Urbana de Vila do Conde, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos;
- Um decreto-lei que estabelece o regime excepcional aplicável às sociedades gestoras das intervenções previstas no Programa Polis;
- Uma resolução que aprova, para o corrente ano, a distribuição de indemnizações compensatórias às empresas;
- Um diploma que altera o artigo 6º do decreto sobre incidência de diversas taxas que constituem receita do Instituto de Socorros a Náufragos;
- Um decreto-lei que transpõe as directivas comunitárias que alteram os anexos I, A e F do decreto-lei n.º 157/98, de 9 de Junho, que estabelece a disciplina das trocas intracomunitárias de animais das espécies bovina e suína;
- Um decreto-lei que adopta o documento-tipo a emitir pela Direcção Geral de Veterinária ou direcções regionais de agricultura, quando os produtos destinados à alimentação animal, provenientes de países terceiros, não se destinam a ser colocados em livre prática no território nacional e define regras para o seu procedimento, transpondo para a ordem jurídica interna a respectiva directiva comunitária;
- Uma resolução que determina cessação da intervenção do Estado na empresa Efico – Empresas de Iniciativas Financeiras e Promoção Económica, SA;
- Um decreto regulamentar que cria a Paisagem Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro d'Arcos.

SALVAGUARDAR EXECUÇÃO DO POLIS

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 4, um diploma que altera o anexo do decreto-lei que aprovou as medidas preventivas com vista a salvaguardar a execução das intervenções previstas no âmbito do Programa Polis – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.

Uma componente importante do Polis diz respeito a intervenções de grande significado e que se pretendem exemplares, realizadas em parceria entre o Governo e as autarquias locais.

A definição pormenorizada das intervenções a realizar no âmbito do programa constitui um processo complexo, que ainda não se encontra concluído, sendo que, neste momento, apenas é possível definir as áreas destinadas à realização de tais intervenções.

Assim, com o objectivo de prevenir alterações que comprometam ou inviabilizem a execução do Polis, bem como de contrariar o surgimento de actividades de especulação imobiliária nas respectivas Zonas de Intervenção, O Executivo socialista considerou necessário delimitar, desde já, o seu âmbito territorial e criar as condições necessárias para o arranque dos trabalhos, proibindo-se, simultaneamente, a realização de intervenções urbanísticas nessas Zonas pelo prazo de dois anos.

Polis Vila do Conde

Na mesma reunião, os governantes decidiram constituir a sociedade Polis Vila



do Conde, SA, Sociedade de Requalificação Ambiental e Urbana de Vila do Conde, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

Uma nova visão estratégica do ambiente e do ordenamento constitui uma das prioridades políticas da acção do Executivo. Justifica-se, assim, a adopção de medidas excepcionais em matéria de requalificação urbana e de valorização ambiental das cidades portuguesas.

Essas medidas têm como elemento essencial a criação do Programa Polis que, com base nas disponibilidades financeiras do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA), se propõe desempenhar um papel mobilizador e potenciador de iniciativas que visem a qualificação urbanística e ambiental das cidades.

Para um número crescente de portugueses o «ambiente» é actualmente, em larga medida, o «ambiente nas cidades».

A vida urbana tornou-se, assim, a fonte de alguns dos principais problemas

ambientais sentidos directamente pela população, especialmente no que diz respeito à ausência de espaços públicos de qualidade, à carência de zonas de lazer e ao aumento dos problemas de congestionamento de trânsito com a correspondente degradação da qualidade do ar e o aumento dos níveis de ruído.

Deve ser reconhecido, também, que nas últimas décadas foram cometidos erros urbanísticos que, por um lado, conduziram à desvirtuação e pulverização dos centros históricos tradicionais e à pulverização das suas várias funcionalidades e, por outro lado, levaram à criação de bairros «dormitório» nas periferias das áreas metropolitanas onde a qualidade de vida é manifestamente insuficiente.

O Programa Polis não pode resolver todos estes problemas, mas pretende mostrar com intervenções exemplares e demonstrativas que não se deve desistir e que é possível intervir e criar espaços de qualidade onde só tem havido abandono

e degradação.

No modelo escolhido para a gestão da intervenção em Vila do Conde surge como relevante a possibilidade de contar com a colaboração de entidades com experiência e conhecimento relevantes no âmbito de intervenções de requalificação e reordenamento de espaço urbano, designadamente na elaboração ou concepção dos planos de ordenamento do território subjacentes à intervenção a realizar, ou na designação e coordenação das entidades encarregues da elaboração ou concepção dos mesmos, bem como na coordenação de procedimentos e concursos destinados à execução de trabalhos e obras ou prestação de serviços, sem prejuízo da autonomia contratual de que se encontra dotada a sociedade constituída pelo presente diploma.

Ainda na passada reunião do Conselho de Ministros, foi decidida a aprovação de um decreto-lei que estabelece o regime excepcional aplicável às sociedades gestoras das intervenções previstas no Programa Polis.

A fim de possibilitar a concretização das intervenções necessárias à boa execução do Programa, as sociedades gestoras a criar no âmbito do programa, devem estar sujeitas a um regime especial que, a título excepcional, lhes dê poderes e crie condições para realizar as intervenções em condições consentâneas com as necessidades que, por esta via se pretende resolver, bem como no respeito pelos termos, condições e horizonte temporal exigidos pelo III QCA.

PACTO JUSTO

O Executivo socialista deu carta branca a uma proposta de lei que reforma a tributação do rendimento e adopta medidas destinadas a combater a evasão e fraude fiscais.

A decisão foi tomada na passada quarta-feira, dia 4, em Lisboa, durante a reunião de Conselho de Ministros.

A proposta contempla a alteração do Código do IRS, do Código do IRC, do Estatuto dos Benefícios Fiscais, da Lei Geral Tributária, do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, do Código de Procedimento e Processo Tributário e da legislação avulsa.

As matérias objecto desta proposta de lei visam operar uma ampla reforma da tributação sobre o rendimento, estando tratadas no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS), aprovado pelo decreto-lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, no Código do Imposto

sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), aprovado pelo decreto-lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, no Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovado pelo decreto-lei n.º 215/89, de 1 de Julho, e demais legislação extravagante.

No que diz respeito à adopção de medidas especiais destinadas a combater a evasão e a fraude fiscais, esta proposta versa ainda matérias que estão contempladas na Lei Geral Tributária (LGT), aprovada pela Lei n.º 41/98, de 4 de Agosto, no que diz respeito a regras sobre ónus de prova, recurso a métodos indirectos e acesso a informação protegida por sigilo bancário, bem como pelo decreto-lei n.º 129/84, de 27 de Abril, e no Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT), aprovado pelo decreto-lei n.º 433/99, de 26 de Outubro, designadamente naquilo que é necessário para a criação de um processo especial de acesso a informação bancária para fins fiscais.

Através da proposta de lei aprovada, e que no mesmo dia foi entregue na Assembleia da República, pretende-se adoptar, pois, um desagrevamento de impostos conseguido através do combate à fraude e à evasão fiscais e do alargamento da base tributária, garantindo que aqueles que não pagam impostos ilegítimamente passem a cumprir as suas obrigações fiscais.

Pretende-se com estas medidas dar cumprimento a um pacto de justiça fiscal com os cidadãos, baseado no alargamento da base tributária, na intensificação do combate à fraude e à evasão fiscais e na diminuição do esforço fiscal dos contribuintes cumpridores, no quadro dos princípios gerais da equidade, eficiência e simplicidade do sistema tributário.

Esta proposta consubstancia a reforma da tributação do rendimento das pessoas singulares e das pessoas colectivas e adopta importantes medidas no âmbito do combate à evasão e fraude fiscais.

Desde 1988, trata-se da proposta mais ampla e estruturada de reforma fiscal, visando maior justiça fiscal, quer no IRS e no IRC; o combate à fraude e à evasão fiscais com salvaguarda dos princípios de confiança e do primado da lei; o aperfeiçoamento dos instrumentos contra o abuso fiscal; a criação de um regime simplificado de tributação do IRC, voluntário, para contribuintes com volume de negócios inferiores a 30 mil contos; e a racionalização do sistema de benefícios fiscais e melhoria do funcionamento da Administração Tributária.

Visa-se, assim, garantir que a generalidade dos contribuintes, que os trabalhadores por conta de outrem, que os detentores de pequenas poupanças, que as famílias com filhos em idade escolar e que as sociedades comerciais cumpridoras vejam desagravadas as suas obrigações tributárias em nome de uma maior equidade e de maior confiança e coesão social.

DEPUTADO MANUEL DOS SANTOS **Finanças**

REFORMA FISCAL É UMA AGRADÁVEL SURPRESA



O vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS Manuel dos Santos classificou a proposta de lei de reforma fiscal como «uma agradável surpresa».

O deputado socialista alertou que «seria uma pena se a oposição, por puro sectarismo, reprovasse as medidas, prejudicando gravemente a maioria dos portugueses».

Segundo o camarada Manuel dos Santos, a proposta do Governo «introduz significativas alterações na legislação que regula a tributação sobre o rendimento, em benefício dos contribuintes mais desprotegidos e na busca de uma maior

verdade fiscal». Manuel dos Santos disse estar convicto de que «a aplicação da legislação agora apresentada promoverá um considerável desagravamento fiscal dos portugueses com menor rendimento, aumentando por essa via de forma significativa o rendimento das famílias».

Ainda segundo o vice-presidente da bancada socialista, «a introdução de forma clara e directa de métodos indiciários e de tributação dos sinais exteriores de riqueza, em paralelo com a correcção das distorções que permitiam uma inadequada tributação do sistema financeiro (bancos), contribuem para a concretização dos objectivos de equidade e justiça no sistema fiscal».

DEPUTADO ANTÓNIO BRAGA **Ensino**

INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO É DECISIVO PARA O DESENVOLVIMENTO



O deputado da bancada do PS António Braga exortou no dia 28 de Setembro o Governo para que prossiga a sua acção, «tendo consciência que o investimento na educação, nos jovens, é decisivo para o desenvolvimento do País», lembrando, no entanto, «que os seus frutos apenas serão colhidos nas próximas gerações».

Numa intervenção centrada na problemática da educação, António Braga sustentou que «o Estado precisa de forte capacidade de antecipação nos diagnósticos acertados, para que as mudanças se efectivem em tempo oportuno, antes que certos resultados se consolidem e a sua modificação se torne muito mais difícil».

«A permanente mobilização dos docentes é uma condição para o êxito das políticas educativas», considerou, acrescentando que «a mudança educativa baseada na inovação requer que se passe de uma perspectiva centrada na oferta, para outra baseada no papel activo da procura».

Para o deputado do GP/PS, «a competitividade, a mobilidade e a concorrência sentidas com a abertura de Portugal à Europa, exigem qualificações relevantes para os nossos jovens, que só se adquirem com a educação pré-escolar e básica de qualidade, com a ligação entre educação e formação, com o apoio às vias



tecnológicas e profissionalizantes e a concretização de uma educação permanente».

Por tudo isso, adiantou, «a prioridade que o Governo dá ao investimento no campo educativo é de todo justificável. E visível».

Erradicação dos pavilhões pré-fabricados

Entre outros pontos da acção governativa, referiu o inegável crescimento da taxa de cobertura da educação pré-escolar, a revalorização salarial da carreira docente, os computadores na escola, a Internet, mas também os novos edifícios escolares, erradicando os pavilhões pré-fabricados, que em 1995 constituíam 20 por cento e em 1999/2000 restavam cinco por cento.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO VICTOR MOURA **Património**

DEFENDER E PRESERVAR MARCAS DE IDENTIDADE



O deputado socialista Victor Moura apresentou, no passado dia 4, na Assembleia da República, um projecto de lei que visa defender o património português

construído em pedra.

Combater as recentes práticas de destruição de muros e outras construções nacionais para serem levadas para Espanha, sobretudo em concelhos do interior, do Centro e do Norte de Portugal, é o objectivo principal de uma iniciativa legislativa da bancada socialista.

Segundo Victor Moura, o património em questão é reutilizado em terras de Cervantes para a reconstrução de edifícios antigos, incluindo muralhas e outros monumentos, bem como no revestimento de casas novas.

O parlamentar do PS considera que existem construções em pedra em Portugal que, pelo seu número limitado, devem ser preservadas, especialmente porque são marcas da identidade das respectivas regiões, sendo ainda testemunhos que atravessam gerações.

Neste sentido, o deputado do GP/PS realinha a necessidade de impedir a

dissipação deste património, qualificando esta tarefa como colectiva.

Para Victor Moura, os muros de demarcação entre os dois países são depositários de séculos de história de divisão da propriedade de característicos minifúndios, que fazem parte da paisagem do interior, norte e centro do território nacional.

O parlamentar socialista propõe, por isto, que as câmaras municipais sejam dotadas de mecanismos legais adequados para travar a destruição deste património cultural, histórico, ambiental e rural, advertindo que as demolições ou qualquer tipo de alterações nas construções ou edificações nessas condições só devem ser realizadas após licenciamento municipal.

De acordo com o projecto de lei da bancada do PS, as demolições efectuadas sem licença prévia farão incorrer os proprietários em multas que podem ir dos 250 aos 30 mil contos.

As autoridades competentes deverão igualmente à apreensão dos materiais retirados, sujeitando os responsáveis à reconstituição da situação pré-existente.

Os autores materiais das demolições ficarão sujeitos também ao pagamento de coimas.

MARY RODRIGUES

VISITE O SITE DO PARTIDO SOCIALISTA



<http://www.ps.pt>

ENCONTRO DE JOVENS PARA ELABORAR UM LIVRO BRANCO

O Encontro europeu de jovens, destinado a elaborar um Livro Branco sobre Políticas de Juventude, terminou no dia 8 em Paris. Durante três dias, estiveram reunidos 450 jovens dos países membros da UE e dos países candidatos à adesão e representantes de governo e da Comissão Europeia.

Portugal estava representado por 25 jovens, assim como por vários responsáveis dos organismos da juventude, e com a presença igualmente do secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes.

O processo iniciado em Novembro de 1999, passou por conferências a nível nacional durante a presidência portuguesa da UE, no primeiro semestre do ano 2000, cujas conclusões foram debatidas em Paris, de 5 a 7 de Outubro.

Este encontro responde a um duplo desafio, «fazer com que a UE esteja mais próxima dos cidadãos, seja mais humana, mais aberta às suas aspirações e integre melhor as preocupações dos jovens nas políticas comunitárias, dando a palavra aos jovens», disse Marie-George Buffet, ministra da Juventude e dos Desportos francesa, em nome da presidência da UE. Os 450 jovens abordaram cinco temas: a participação, o emprego e a integração social, a educação, o bem estar, autonomia pessoal e a cultura (alojamento, saúde, rendimento próprio, a família), e finalmente, os valores europeus, a mobilidade na Europa e as relações com o resto do mundo.

Os resultados do Encontro de Paris serão apresentados aos 15 ministros da Juventude e dos Desportos da UE, no Conselho que se realiza em Bruxelas, nos dias 8 e 9 de Novembro.

O processo continuará com a presidência sueca da UE, no primeiro semestre de 2001, com a elaboração do Livro Branco,



o qual deverá ser aprovado em Dezembro desse ano, durante a presidência belga.

O Livro Branco «destina-se a encontrar um quadro de linhas orientadoras no que deve ser uma política de juventude no Espaço Europeu», disse o secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes.

«Actualmente, a juventude não é um domínio comunitário, cada presidência, cada governo canaliza a área para preocupações um pouco diferentes, em função das prioridades essencialmente nacionais», explicou.

Miguel Fontes considerou que «não existe uma lógica de coerência em termos do trabalho de agenda política que é feito, ao contrário do que acontece noutras áreas, o Livro Branco visa colmatar essa lacuna». Para o secretário de Estado, ao falar-se de política de juventude «está-se a falar um pouco quase de tudo, pois não se resume à mobilidade, intercâmbio, se quisermos ir mais longe, temos que ter uma lógica mais integrada, ao nível das questões da educação e de formação, esse é o desafio que temos pela frente».

Concretamente, «quando se fala de mobilidade, por exemplo, quando os

jovens vão estudar para outros países, não devem perder um ano, mas sim que ganhem em termos curriculares e em termos de vida, e que sejam reconhecidos os diplomas», frisou Miguel Fontes.

Relativamente aos grupos dos 25 jovens portugueses que participaram no Encontro de Paris, o secretário de Estado destacou o facto de «terem perfis diferentes, com idades entre os 15 e 25 anos, equilibrado entre homens e mulheres, em termos de proveniências geográficas, de nível de ensino e também alguns jovens trabalhadores».

A maior parte dos participantes, do Encontro de Paris, lamentaram a «falta de tempo para abordarem em profundidade» os temas em discussão, e a «falta de organização» manifestada pela presidência francesa.

No final dos trabalhos, Paulo Afonso, membro do Conselho Nacional da Juventude e que será um dos 15 jovens europeus que vai apresentar as conclusões do Encontro ao Conselho de Ministros, nos dias 8 e 9 de Novembro em Bruxelas, tinha dois sentimentos, «de alívio e de alguma satisfação».

«O primeiro sentimento relaciona-se com alguma desorganização por parte da presidência francesa e com uma tentativa muito oculta de retirar algum peso institucional às organizações que representam directamente os jovens na UE».

O outro sentimento, «que é de satisfação, relaciona-se essencialmente, com a ideia de que afinal a juventude ainda consegue, através de meios democráticos e de participação, poder aproveitar o melhor que esses encontros têm», frisou Paulo Afonso.

«Agora não basta que apresentemos, em Novembro, os resultados da Conferência aos 15 ministros da Juventude e dos Desportos, esses resultados devem ser

actantes, num compromisso não só da UE, como também dos governos nacionais, ou seja, eles devem traduzir esses resultados em políticas públicas a nível nacional, regional e local», pediu Paulo Afonso.

A nível da Comissão Europeia (CE), a mensagem dos jovens parece ter sido entendida, «para nós, o Encontro de Paris é um ponto de partida, no sentido em que nós queremos desenvolver uma nova política da juventude europeia», disse Vale de Almeida, da Direcção da Educação e Cultura da CE.

A presidente em exercício do Conselho de Ministros da Juventude e dos Desportos dos Quinze, Marie-Georges Buffet disse aos jovens participantes que queria «sair da Conferência com um mandato preciso, que fosse organizada uma reunião anual, e que os jovens participassem no acompanhamento da aplicação das decisões».

«Foram três dias de discussão, por vezes bastante viva, os jovens têm poucas ocasiões para tomarem a palavra e têm muitas coisas para dizer, por isso o tempo foi bastante curto», reconheceu Marie-Georges Buffet.

«Por isso devemos fazer agora de forma que haja uma consulta permanente, que todos os anos possam expressar-se sobre as propostas da UE e sobretudo que possam acompanhar a aplicação dessas propostas», frisou.

«O facto que os jovens integram o grupo de acompanhamento e que venham ao Conselho de Ministros de Novembro, significa que os jovens entram na Europa, que tomam a palavra, o que é uma coisa excelente», considerou a ministra francesa. No final do Encontro Europeu de Jovens, os mais de 450 participantes jantaram num grande restaurante da capital francesa, e a festa prolongou-se até às tantas na madrugada, com um concerto de rap.

REALISMO E PRAGMATISMO NO ALARGAMENTO DA UE

A eurodeputada socialista Maria Carrilho salientou no dia 3 de Outubro, na sessão plenária do PE, o realismo e o pragmatismo evidenciados pelas instituições europeias no processo de alargamento da União Europeia.

Segundo sublinhou a eurodeputada socialista, tais aspectos estão patentes no consenso gerado em torno da ideia de que

«a plena inclusão de um novo país significa um empenhamento irreversível, aliando a convergência económica à adesão a um projecto político; e que esse projecto político apresenta várias características que devem ser obrigatoriamente respeitadas pelos países candidatos (e pelos actuais membros), sob pena do alargamento significar diluição».

Para Maria Carrilho, entre as características

definidoras da identidade do projecto europeu salientam-se «a democracia e ética de responsabilidade, a dimensão social, a coesão e a igualdade de oportunidades».

Parer sobre o futuro da educação

A Comissão dos Direitos das Mulheres e Igualdade de Oportunidades atribuiu à eurodeputada socialista Helena Torres

Marques a redacção de um parecer sobre o relatório da Comissão Europeia intitulado «Pensar o futuro da educação – promover a inovação através das novas tecnologias». Este parecer, depois de aprovado em Comissão, será apresentado à Comissão para a Cultura, a Juventude, a Educação, os Meios de Comunicação e os Desportos, responsável pela redacção do relatório sobre esta matéria. **J.C.C.B.**

SAMPAIO CRITICA CULTURA MATERIAL E EUFORIA CONSUMISTA

O consumismo desenfreado desta sociedade de consumo, onde os bens materiais e a ostentação parecem ter tomado um lugar de destaque e onde o ter para muitos parece ter mais valor que o ser foram alvo de justas críticas do Presidente Jorge Sampaio.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, criticou no dia 5, num discurso feito na Câmara Municipal de Lisboa, «a cultura material e a euforia consumista» em que vive actualmente, que transformou «a posse de bens num valor superior a todos os outros», tendo apelado à solidariedade «como pilar essencial do ideário republicano».

Por outro lado, Jorge Sampaio defendeu mais rigor na gestão orçamental e na administração fiscal, como formas de incentivar a confiança dos cidadãos no Estado.



Jorge Sampaio falava nas comemorações do 90º aniversário da implantação da República.

«Ao Estado é necessário que se exija cada vez mais rigor, cada vez mais transparência, uma boa administração (...)

rigor na administração fiscal, porque sem justiça fiscal não há confiança no Estado. Rigor na gestão orçamental, porque sem ela não há boa Administração», disse o chefe de Estado.

Atenção permanente aos mais desfavorecidos

O Presidente da República falou, ainda, dos primeiros anos do regime republicano, que classificou de «difíceis», e lembrou que o verdadeiro programa republicano só se concretizou com a revolução de 25 de Abril de 1974.

«É preciso reforçar o nosso empenho na passagem de testemunho do valor da solidariedade, da atenção permanente aos carenciados e aos mais desfavorecidos e sublinhar que essa não pode nem deve ser apenas uma preocupação do Estado», sublinhou Jorge Sampaio.

CULTURA POPULAR COM MAIS APOIOS

O delegado regional do Norte da Cultura, Jorge Ginja, anunciou, no dia 7, em Miranda do Douro, que vão ser criados novos sistemas de incentivos para a revitalização da cultura popular, no âmbito do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA).

«Já estão a ser trabalhadas diversas candidaturas ao nível da região Norte», afirmou, não especificando montantes, porque as verbas estão ainda a ser estudadas, mas mostrando-se convicto de que vão ser encontradas soluções, ao nível da União Europeia, que possam potenciar a acção nas regiões.

De acordo com o delegado regional da Cultura, «estas linhas específicas do novo QCA vão reforçar um programa de apoio à cultura popular lançado em 1999 pelo Ministério da Cultura e que prevê um montante anual, até 2006, de cem mil contos para financiamento de projectos».

«O programa é pequeno, mas pode ser desmultiplicado com os apoios do QCA, que normalmente paga até 75 por cento das candidaturas», sublinhou, acrescentando: «que não se diga, como se tem dito muito vezes, que a cultura popular tem sido marginalizada e que só se dá importância à cultura erudita».

Jorge Ginja falava durante as primeiras jornadas de música tradicional mirandesa, promovidas pela instituição que dirige e que tiveram como finalidade reflectir sobre a realidade da música tradicional

mirandesa, numa iniciativa da editora «Sons da Terra».

A editora tem organizado, com associações culturais locais, iniciativas como a festa da gaita de foles (um instrumento típico das Terras de Miranda). A criação de uma escola de gaita de foles e de um centro de estudos, bem como fazer chegar aos jovens as raízes culturais da região, através do ensino, são alguns projectos defendidos pelo responsável da editora, Mário Correia.

«Mais do que preservá-la (a música), há que criar condições para manter a criatividade, porque hoje em dia não é mais importante preservar a figura do velho gaiteiro, mas sim que os novos gaiteiros descubram e criem novos contextos, onde essa música possa ser tocada e transmitida», considerou.

Na opinião de Jorge Ginja, «as pessoas têm que ter a criatividade suficiente para elas próprias tomarem a iniciativa, apresentarem programas e procurarem onde é que estão os sistemas e os apoios para esses programas de intervenção».

A valorização das associações locais que se dedicam à cultura popular é outra das apostas da delegação do Norte do Ministério da Cultura, que vai lançar linhas de financiamento para equipar as bandas de música com instrumentos e os grupos amadores de teatro com equipamento de luz e som.

APRESENTADOS PLANOS DE BACIA INTERNACIONAIS

Para garantir as necessidades de água dos portugueses, actuais e futuras, o Ministério do Ambiente elaborou os primeiros cinco planos de bacia hidrográfica de rios internacionais, que foram apresentados, no dia 9, ao Conselho Nacional da Água.

Demorou mais de dois anos a elaboração dos planos de bacia dos rios Douro, Tejo, Minho, Guadiana e Lima, os primeiros entre um grupo de 15 planos que servirão de base à construção do Plano Nacional da Água, prevista para Março do próximo ano.

Cada um dos planos é constituído por peças gráficas e escritas e, segundo a lei, deve conter obrigatoriamente: diagnóstico; definição dos objectivos ambientais de curto, médio e longo prazos; proposta de medidas e acções, com análise de cenários alternativos e com definição de prioridades; e programação física, financeira e institucional da implantação das medidas e acções seleccionadas.

Com a elaboração destes planos pretende-se definir as medidas a promover pela administração para satisfazer as necessidades de água actuais e futuras, respeitando os padrões de qualidade da água através do aproveitamento racional e sustentável dos recursos hídricos compatível com a conservação do ambiente e dos recursos naturais.

O Plano Nacional da Água é sobretudo um plano estratégico que visa articular e hierarquizar os objectivos definidos pelos



planos de bacia, bem como a convergência destes objectivos com os objectivos gerais da política económica e social.

O presidente do Instituto da Água, Mineiro Aires, em declarações à Imprensa, explicou que a informação contida em cada plano é muito extensa e, por isso, optou-se por juntar num só os cinco documentos que serão apresentados segunda-feira ao Conselho Nacional da Água.

Depois da apresentação formal dos planos de bacia em Lisboa, uma equipa de técnicos liderada pelo Instituto da Água apresentou terça-feira a mesma documentação aos responsáveis espanhóis, em Madrid.

O objectivo desta última acção é, segundo Mineiro Aires, cumprir o estabelecido na convenção luso-espanhola sobre rios partilhados, nomeadamente a permuta de informações entre Portugal e Espanha sobre rios comuns.



Abrantes

Inauguração do miradouro de Fontes

O novo miradouro de Fontes vai ser inaugurado no próximo dia 15 de Outubro.



Esta obra representa um passo importante na promoção turística do Castelo do Bode e das suas excelentes potencialidades naturais, dato tratar-se da maior bacia hidrográfica nacional e de uma importante zona de recreio e lazer.

O miradouro de Fontes foi uma obra que teve um investimento que ultrapassou os 20 mil contos e que será agora uma peça fundamental na promoção e desenvolvimento da própria localidade de Fontes.

Cartaxo

Melhor fornecimento de água

A Câmara Municipal do Cartaxo vai investir mais de 70 mil contos no reforço e na melhoria da qualidade do abastecimento de água às freguesias do concelho.



O projecto camarário engloba a construção de um novo reservatório, na zona da sede concelhia, para colmatar eventuais falhas no abastecimento na cidade.

Coimbra

Lançamento do livro «Zeca Afonso antes do mito»

O cantor de José Afonso, antes de ser conhecido pela voz única e pela cívica

exigência duma «cidade sem muros nem ameias», era um estudante igual a tantos outros companheiros da academia de Coimbra.



Num livro sobre o grande compositor e homem de causas que foi José Afonso, lançado no dia 7 na Casa Municipal da Cultura de Coimbra e intitulado «Zeca Afonso antes do mito», o autor – António dos Santos Silva –, amigo do cantor dos tempos de estudante, recorda que nesses anos, entre ambos, «o próprio silêncio era de comunhão e de diálogo».

«Durante sete anos (1946-53) convivemos, numa intimidade crescente. Tínhamos um assobio próprio com que nos chamávamos. Gestos, olhares e ritos especiais para comunicarmos sentimentos furtivos, só nosso», refere António dos Santos e Silva.

Natural de Coimbra, o autor é licenciado em engenharia civil e foi funcionário dos Serviços Municipalizados da Figueira da Foz, onde se encontra radicado desde 1963 e tem vários livros de prosa e poesia publicados.

«Quero que te conheçam como eras - naqueles momentos imperfeitos, mas de tanta humanidade -, que te conheçam vivo e não sejam, apenas, nome de rua ou de escola, ou uma estátua fria... praça de gente madura», explica.

Num poema dedicado ao amigo, falecido em 1997, com que termina o livro, António dos Santos e Silva afirma: «Eras igual a nós / Não fora o canto, / Mas, ao som da tua voz, / Ruflavam asas... / De amor e pranto». «O Zeca que eu conheci - aquele jovem sedutor, mas indeciso e cheio de pés de barro - jaz agora cercado de carinho, de respeito e de choros nacionais!», comenta.

Inquietar na selva de oportunismo e ambições

Apesar do mito, ressalva Santos e Silva, «nesta selva de oportunismos e ambições, conseguiu o milagre de preservar, até ao extremo, a sua verdadeira matriz - a autenticidade, a inquietação e a capacidade de inquietar».

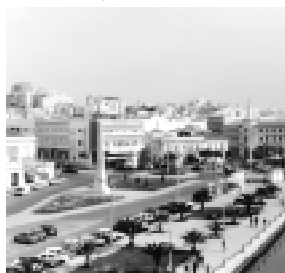
«Zeca Afonso antes do mito», uma edição da Minerva Coimbra, foi apresentado pelo advogado e fundador do PS, camarada António Arnaut, numa sessão integrada nas comemorações do trigésimo Dia do Antigo Estudante de Coimbra, organizadas pela Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra.

Faro

Inauguração das piscinas municipais cobertas

No passado dia 7 de Outubro foram inauguradas as novas piscinas municipais cobertas de Faro, uma realização da Câmara local no quadro da sua política de fomento da prática desportiva.

As piscinas, que vão proporcionar à população de Faro a prática da natação durante todo o ano, ficam situadas junto à saída de Faro para Olhão.



O equipamento, cujo investimento rondou meio milhão de contos, compreende uma piscina semi-olímpica, outra de aprendizagem e um bar-restaurante de apoio.

O complexo está dotado de um sistema de entradas informatizado, permitindo deste modo um controlo rigoroso dos acessos.

Quem visitar as novas piscinas vai ter também à disposição um ginásio de manutenção, sauna, banho turco e jacuzzi.

Penha de França

Idosos passam seis dias em Seia

Numa iniciativa do pelouro da Acção Social da Junta de Freguesia da Penha de França, da responsabilidade do camarada Manuel Oliveira Duarte, um grupo de idosos vai passar seis dias em Seia - de 15 a 20 de Outubro - em alojamento no meio rural. É mais iniciativa dirigida aos mais velhos da Freguesia, com a idade mínima de 55 anos, e que engloba transporte, dormida e pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar e ceia, para além de um programa recheado de actividades culturais e de lazer.

Portalegre

Mais três parques de estacionamento

O presidente da Câmara Municipal de Portalegre, Amílcar Santos, anunciou que vão ser construídos três parques de estacionamento com capacidade para 400 automóveis. As obras implicam custos de cerca de 170 mil contos.

Além disso, o presidente da autarquia

garantiu que está previsto o ordenamento do estacionamento no Largo Serpa Pinto, que irá permitir a criação de mais duas dezenas de lugares.

Santo Tirso

Câmara leva 4800 idosos ao Parque das Nações

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Terceira Idade, a Câmara Municipal de Santo Tirso levou no passado dia 7 de Outubro, 4735 idosos - munícipes com mais de 60 anos - ao Parque das Nações, em Lisboa.



Para o passeio, a edilidade fretou 92 autocarros.

De salientar que, para além de um programa de animação no Parque das Nações, aos 4800 idosos juntaram-se 92 guias (um por cada autocarro) encarregados de zelar pelo bem-estar dos mais velhos.

A comitiva de idosos juntou-se ainda uma ambulância da Cruz Vermelha e respectivo corpo clínico preparado para responder, em caso de necessidade, a qualquer situação de emergência médica.

Valença

Arranjo urbanístico na Senhora da Cabeça

A Câmara Municipal de Valença após a pavimentação do acesso ao rio Minho na Senhora da Cabeça e do largo frontal ao Pavilhão Náutico procedeu ao arranjo urbanístico deste espaço com a colocação de vários bancos e outro mobiliário urbano que vai, de certo, proporcionar um local agradável a quem visitar o Parque Natural da Senhora da Cabeça.



PS EM MOVIMENTO

AÇORES

PS vai aumentar pensões

O candidato do PS a presidente do Governo açoriano prometeu aumentar as pensões e a comparticipação de medicamentos aos idosos do arquipélago, caso vença as eleições regionais de 15 de Outubro.

Em Santa Maria num dos comícios mais animados da campanha, Carlos César dirigiu grande parte do seu discurso para as políticas sociais, ao garantir que «em cada ilha, freguesia e rua onde houver um idoso em sua casa lá estará» o Executivo socialista a «dar o apoio em tudo o que necessitar para viver com tranquilidade os últimos dias da sua vida».

Depois de anunciar aos cerca de 500 apoiantes presentes que, se vencer as eleições, continuará a construir mais centros de dia e de convívio, o líder dos socialistas açorianos realçou que não precisa dos conselhos do presidente nacional do PP «para tratar bem os idosos». «Eu gosto tanto dos idosos como dos meus pais. Esse senhor (Paulo Portas) não gosta mais do que eu do meu pai ou da minha mãe», salientou Carlos César, ao reclamar para o PS os méritos de ter sido o primeiro partido a falar no aumento de pensões nas ilhas. O candidato socialista referiu, ainda, que o «PSD e PP já sabem que vão perder» as eleições, o que faz com que apresentem «promessas que não passarão do dia 15 de Outubro».

A convicção da vitória socialista, assente na confiança dos açorianos, garante, em contrapartida, «o sentido da responsabilidade nos compromissos» assumidos perante o eleitorado, adiantou Carlos César.

Segundo frisou, o PS/Açores «sabe que não pode ir além do que não tem a certeza de poder cumprir» num eventual segundo mandato.

A oposição, «desesperada pela antevisão da derrota», opta por explorar os sinistrados do sismo de 1998 e a angústia dos lavradores, os quais sabem, porém, que só o PS «pode vencer a batalha de falta de quota para a produção de leite nas ilhas», acusou. O líder da JS/Açores, que acompanha Carlos César desde o início da campanha, criticou o «turismo político» praticado por dirigentes partidários nacionais que se deslocam ao arquipélago em período eleitoral.

José Carlos San-Bento apontou como exemplo a visita ao arquipélago de Francisco Louçã, do Bloco de Esquerda, para questionar sobre o «que é que esse senhor sabe de Santa Maria».

Portas monta feira de demagogia

Adiantou, ainda, que Paulo Portas vem aos Açores «montar a sua feira de demagogia», ao referir que o PSD e o PP das ilhas estão «manietados» pelas direcções nacionais, que lhes retiram autonomia.

Segundo disse, as ilhas «correm o risco» de assistir a uma nova AD, a justificação que encontrou para o facto dos dois partidos não se atacarem mutuamente durante o período eleitoral.

O cabeça de lista por Santa Maria, José Humberto Chaves, manifestou-se convicto que o PS vai conseguir o «pleno» na ilha, a eleição dos três deputados em disputa.

Faleceu Albano Pimentel

O PS/Açores está de luto. Num comunicado assinado pelo camarada Carlos César, o Secretariado Regional do PS/Açores manifesta-se profundamente consternado pela morte no dia 8 do camarada Albano Pimentel, fundador do PS nos Açores e seu dirigente desde então.

Deputado à Assembleia Legislativa Regional dos Açores pelo círculo eleitoral de S. Miguel, Albano Pimentel foi um militante exemplar tendo estado sempre presente nas grandes batalhas travadas pelos socialistas açorianos nas últimas duas décadas.

PS promete novo centro de saúde

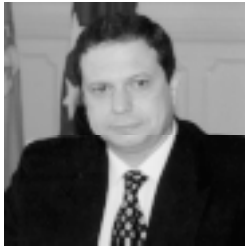
A construção de um novo centro de saúde em Ponta Delgada constituirá uma das prioridades do novo governo na ilha de S. Miguel se os socialistas vencerem as eleições de 15 de Outubro para a Assembleia Regional.

O manifesto eleitoral dos socialistas açorianos para São Miguel inscreve como outra prioridade o reforço das medidas para fixação de médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde na ilha, numa estratégia que prevê, ainda, a melhoria das infra-estruturas existentes.

Um segundo governo do PS pretende, no sector da Educação, criar programas curriculares sobre a região, com incidência nas matérias de história, biologia, economia e geografia, além de generalizar o acesso às novas tecnologias.

Rendas solúvel e económica

Na Habitação, o manifesto eleitoral salienta a continuação dos programas de rendas



solúvel e económica, custos controlados para famílias carenciadas, jovens, deficientes e idosos.

No Ambiente as prioridades vão para a requalificação das lagoas que se encontram eutrofizadas (excesso de nutrientes nas suas águas), implementação de um sistema de prevenção de cheias e elaboração de um plano de ordenamento da costa da maior ilha do arquipélago.

Em caso de vitória em 15 de Outubro, o porto comercial de Ponta Delgada vai ser alvo de um ordenamento para aumentar a operacionalidade, enquanto, para a área das pescas, está previsto a construção de uma nova lota e entreposto frigorífico, estruturas reclamadas pelas associações representativas dos profissionais do sector.

Em termos de Economia, os socialistas propõem-se desenvolver uma política de campanhas de promoção turística para São Miguel, com diferenciação por mercados-alvo e produtos específicos.

COIMBRA

Parreirão é o novo líder distrital

O PS/Coimbra continua em boas mãos. Luís Parreirão sucede a Fausto Correia na presidência da Federação distrital.

O novo líder do PS de Coimbra, Luís Parreirão, anunciou um «pacto de trabalho» aos militantes para que o partido possa enfrentar os próximos desafios políticos no distrito.

O sucessor de Fausto Correia intervinha no encerramento do X Congresso da Federação de Coimbra do Partido Socialista.

«Fazemos, aqui e agora, em nome do PS um pacto de trabalho, de empenhamento e de dedicação com todos os cidadãos deste distrito, de cada um dos seus 17 concelhos», referiu Parreirão, que desempenha no Governo as funções de secretário de Estado das Obras Públicas.

Em Coimbra, após o Congresso, o PS «ficou mais forte, mais coeso e mais preparado para enfrentar aqueles que são os grandes desafios do próximo ano», disse, frisando que o partido deverá vencer as eleições presidenciais, reelegendo Jorge Sampaio, e as autárquicas.

«Reunidas todas as condições para afirmar o PS como grande partido do distrito de Coimbra, é decisivo preparar, desde já, as eleições autárquicas», sublinhou.

Luís Parreirão, que nas eleições de 23 de Setembro derrotou o outro candidato à liderança da Federação, o ex-governador civil de Coimbra Victor Baptista, com cerca de 300 votos a mais, elogiou Fausto Correia no seu discurso final.

«Todos sabemos que o Fausto Correia deu ao PS de Coimbra trabalho, dedicação e empenho», disse, recordando que o secretário de Estado adjunto do ministro de Estado e do Equipamento Social, na década de 90, conduziu o partido no distrito de «norma consensual e hábil».

O novo líder distrital, que presidiu à Associação Académica de Coimbra (AAC) no início dos anos 80, quando frequentava a Faculdade de Direito local, advertiu que consigo a Federação «não se envolverá em tacticismos de nenhuma natureza que nada clarifiquem, mas tudo põem em causa».

Prometeu contribuir para que Coimbra encontre «um modelo de desenvolvimento distrital harmonioso que permita a todos participar dos novos desafios da globalização».

A Comissão Política Federativa passa a ser constituída por 29 membros afectos a Victor Baptista (41 por cento) e por 42 eleitos pela lista de Luís Parreirão (58 por cento).



LISBOA

Congresso da FAUL

O camarada Jorge Coelho, com um discurso em defesa dos valores e princípios socialistas, sob o pano de fundo da reforma fiscal, galvanizou no sábado os delegados socialistas na sessão de encerramento do Congresso da Federação da Área Urbana de Lisboa do PS - que terminou, e bem, com os presentes a cantarem de punho erguido a «Internacional» - proclamando o fim das cedências à oposição em questões de valores e princípios.

«Um Orçamento de Estado vale um ano. Os nossos valores e princípios socialistas valem uma vida. Não podemos estar bem com Deus e com o Diabo», declarou, recebendo uma sonora ovação da plateia.

No seu discurso, o secretário coordenador da Comissão Permanente do PS defendeu a tese de que o partido do Governo não deve temer eleições antecipadas, «até porque não



PS EM MOVIMENTO

há uma única sondagem que não aponte o PS como o vencedor, e por margem folgada», disse.

A mensagem do camarada Jorge Coelho para os partidos da oposição foi clara: o PS quer fazer uma reforma fiscal para desagrar os impostos dos reformados e das classes médias, obrigando a pagar aquilo que é justo quem foge aos impostos.

«Se os partidos da oposição não viabilizarem o Orçamento de Estado (de 2001) serão responsáveis por cerca de 1,5 milhões de portugueses não verem as suas vidas melhoradas através de uma descida dos impostos», advertiu.

A seguir, Jorge Coelho acusou o PSD de querer aumentar os impostos, designadamente subindo o IVA, e apontou o dedo a Durão Barroso ao afirmar que ele «está mais preocupado com as questões internas do seu partido do que com o interesse nacional». «Estamos perto da hora da verdade», começou por dizer, antes de garantir que, nos próximos e «difíceis combates, o PS estará unido com uma rocha à volta do seu secretário-geral, António Guterres».

O coordenador da Comissão Permanente do PS voltou a associar a reforma fiscal ao Orçamento de Estado de 2001, frisando que «este é um combate pelo qual vale a pena lutar».

Mobilizar os militantes

«Até que enfim que somos capazes de fazer isto», desabafou, referindo-se às principais medidas constantes na proposta de reforma fiscal do Governo.

Antes de Jorge Coelho, a nova líder da FAUL do PS, Edite Estrela, disse ter a curto e médio prazo três missões: mobilizar os militantes para a reeleição de Jorge Sampaio no cargo de Presidente da República, travar a «escada de oposição» ao Governo e a António Guterres e vencer mais câmaras municipais na Área Metropolitana de Lisboa nas próximas eleições autárquicas.

Entre vários agradecimentos, a presidente da Câmara Municipal de Sintra elogiou o trabalho feito no Congresso pela Comissão de Verificação de Poderes, órgão que ditou o afastamento da lista opositora de Armando Ramalho, por não possuir o número mínimo de delegados subscritores.

«Lamento que existam pessoas que têm dificuldade em conviver com as regras democráticas», disse, numa referência ao seu adversário na FAUL do PS, camarada Armando Ramalho.

MADEIRA

Combater o défice democrático

Numa região onde o défice democrático é uma constante, a tarefa dos socialistas da Madeira nunca foi fácil.

O caciquismo, o clientelismo, o obscurantismo, no fundo a união de todas as forças mais reaccionárias num enorme tentáculo em torno de Alberto João Jardim são uma dura e triste realidade.

O défice democrático não pára de aumentar. Retirar a maioria absoluta ao PSD é o objectivo principal do PS nas eleições regionais da Madeira, reconheceu o líder e cabeça-de-lista dos socialistas, camarada Mota Torres.

O dirigente socialista salientou a necessidade de o eleitorado «dar à oposição um maior poder fiscalizador na Assembleia Legislativa Regional da Madeira».

«O eleitorado tem apenas duas opções: ou manter a actual situação ou mudar, dando à oposição mais poderes para fiscalizar o trabalho desta maioria, que, muitas vezes, age sem cultura democrática, ao jeito de uma maioria totalitária», acentuou.

PS/Madeira está unido

Mota Torres garantiu que o PS/M «está unido», apesar de, por sua opção, 12 dos 13 deputados do partido terem ficado fora das listas ao escrutínio de 15 de Outubro.

«O PS-M nunca esteve dividido, mas é um partido orgânico e os seus órgãos, que se saiba, têm manifestado uma grande estabilidade», sublinhou.

Mota Torres frisou que no PS/M «há uma grande liberdade de opinião que leva, por vezes, alguns militantes a não se limitarem a falar internamente e a preferirem ir para a Comunicação Social».

O líder socialista fez, aliás, questão de esclarecer que não afastou o Grupo Parlamentar: «A minha preocupação assentou principalmente no princípio da renovação. Agora, o eleitorado é que vai decidir se a minha aposta foi ou não a correcta».

Mesmo reconhecendo a pouca experiência política da maior parte dos elementos da sua lista, Mota Torres manifestou a convicção de que o Grupo Parlamentar «irá adaptar-se rapidamente ao ritmo do parlamento regional e, certamente, surpreender pela positividade». Abordado sobre o seu futuro e sobre as consequências políticas a tirar face aos resultados eleitorais, Mota Torres garantiu que tirará as «devidas ilações pessoais», não colocando igualmente de parte a possibilidade de ocupar o seu lugar no Parlamento regional, por troca com o seu assento na Assembleia da República.



«O partido é que vai decidir onde será mais conveniente que eu fique como deputado», esclareceu o líder socialista.

Um programa de governo vasto – «o único a par do PSD a ser sufragado nestas eleições» – é o que apresenta Mota Torres ao eleitorado regional, num documento de 50 páginas, dividido por quatro sectores fundamentais.

O primeiro aborda as questões da Autonomia e aí os socialistas madeirenses são ambiciosos.

Pretendem revisões da Constituição, da lei eleitoral e da lei das finanças das Regiões Autónomas e uma adaptação do sistema fiscal nacional às especificidades regionais, de forma a que, à semelhança dos Açores, haja uma diminuição nos impostos IRC e IRS. Mota Torres garante ainda que o seu Grupo Parlamentar irá propor uma nova lei de enquadramento orçamental, de forma a «dar à Assembleia Regional mais poderes de fiscalização sobre os orçamentos fantasma que surgem todos os anos, com empolamento de receitas e défices ocultos».

PORTELA

Morreu Herculano da Silva Gomes

A Secção do PS da Portela está de luto com a morte no dia 29 de Setembro de um dos seus mais dedicados militantes, o camarada Herculano da Silva Gomes.

Num comunicado, o PS/Portela refere que «não poderia deixar aqui de lhe prestar simbólica homenagem, que testemunha a perda de um homem pleno de coragem e saber, que sempre pugnou pelo bem-estar colectivo para a freguesia e que sempre se envolveu com empenho e entusiasmo em tudo o que fosse benéfico para a Portela e seus moradores».



PORTO

Narciso desafia Menezes

O Congresso do PS/Porto reelegeram o camarada Narciso Miranda como presidente da Federação. No seu discurso, o camarada Narciso Miranda desafiou no dia 7 Luís Filipe Menezes a candidatar-se à Câmara do Porto, afirmando que os socialistas saberão escolher a melhor estratégia para o derrotar.

«Desafio o líder distrital do PSD a candidatar-se à Câmara do Porto. Venha que nós cá estaremos para escolher a melhor estratégia para o derrotar», salientou Narciso Miranda, no encerramento do X Congresso Distrital do Porto do PS, que o reelegeram como líder por mais dois anos.

Narciso Miranda manifestou-se disponível para assumir qualquer desafio que os militantes do PS/Porto quiserem para si e referiu que a estratégia para as autárquicas começará a ser desenhada logo a seguir às eleições para as concelhias, que deverão ser adiadas de 4 para 11 de Novembro.

«Quero voar, mas não quero voar sozinho. Quero chegar mais alto. Não tenho medo do abismo», disse o líder do PS portuense. No início do discurso, Narciso Miranda garantiu a António Guterres que pode continuar a contar com o apoio «inequívoco» do PS/Porto à condução do Governo e para os combates políticos em que o partido se irá envolver em 2001.

Esse apoio, sublinhou, não será «seguidista» e «acéfalo», mas sim «responsável».

O líder do PS/Porto frisou que, contudo, não serão construídos no distrito «quaisquer pequenos exércitos» de oposição interna à liderança de António Guterres.



AUTONOMIAS

José Medeiros Ferreira

AÇORES E MADEIRA: VIAS DIFERENTES?



Estive nestas últimas semanas nos Açores e na Madeira. A Comunicação Social nacional tem dedicado agora alguma atenção à campanha eleitoral que se desenrola em ambas aquelas regiões autónomas. Nada mais natural que dedique o artigo de hoje à problemática das autonomias insulares mercê do maior interesse geral assim provocado.

Vivem os dois arquipélagos surtos de progresso variados mas que os colocam entre as regiões que melhor têm aproveitado a conjugação do regime democrático em Portugal com as necessidades do desenvolvimento económico e social próprios, com a União Europeia como pano de fundo. Daí que os portugueses hoje possam observar com serenidade o que se passa com a Córsega, a questão basca ou os nacionalismos britânicos.

Embora sejam muitas as semelhanças entre os Açores e a Madeira, existem diferenças dignas de nota e que podem influenciar a evolução e futuro geral das duas regiões insulares. A principal diferença tem a ver com a qualidade da democracia.

É certo que, do ponto de vista institucional, ambos os arquipélagos têm a mesma solução constitucional desde 1976, incluindo neste dispositivo uniforme as revisões constitucionais posteriores, nomeadamente a última de 1997.

Este ordenamento constitucional uniforme para os Açores e para a Madeira foi compreensível na fase genética das autonomias insulares, mas não deixa também de reflectir a visão formal e

abstractizante da nossa tradição jurídica. Esse ordenamento constitucional uniforme recebeu um reforço considerável com os dispositivos comunitários sobre as regiões ultraperiféricas e com os programas específicos Poseima impulsionados por Bruxelas.

Não existe na teoria geral da arquitectura europeia uma elaboração específica para as regiões insulares autónomas como os Açores e a Madeira. É certo que se podem descobrir entre a diversa produção do acervo comunitário alguns conceitos, programas, acções e medidas que envolvem, de uma maneira ou de outra, os arquipélagos citados, embora por razões exteriores à sua condição de entes políticos autónomos os conceitos de região de subsidiariedade e de ultraperiferia são os que aproximam mais a União Europeia às regiões autónomas portuguesas.

Se a adesão à Comunidade Europeia foi uma inovação estratégica nacional para o Estado português, a presença das regiões autónomas coloca também questões novas ou renovadas no interior da Comunidade Europeia, às quais esta respondeu pela via da semelhança e da analogia. E reforçou desse modo a uniformidade das soluções para os Açores e para a Madeira.

No plano conceptual-jurídico, o princípio da subsidiariedade, acolhido no Tratado da União Europeia em 1992, é aquele que mais depressa se entrelaça com o princípio constitucional português da autonomia política insular, sobretudo no que diz respeito à questão das competências e atribuições, assim como à aplicação da teoria da

descentralização. Estas normas tanto se podem aplicar por respeito à letra dos tratados internacionais e da Constituição como serem praticadas, normalmente, o mais perto possível dos cidadãos, na encruzilhada entre a democracia representativa e a democracia participada que caracteriza as autonomias regionais.

Aliás, a conjugação das autonomias políticas insulares com a regionalização do desenvolvimento é anterior à entrada de Portugal na Comunidade Europeia mas encaixa perfeitamente nesta. Assim, um dos espaços institucionais das autonomias insulares no futuro é o da União Europeia através da importância dada às regiões.

No entanto, o desenvolvimento da dimensão regional no plano institucional europeu tem limitações decorrentes da heterogeneidade do próprio universo regional europeu, composto por cerca de duzentas realidades díspares. Não me canso de repetir que uma Europa só de regiões seria mais negativa para os mais pobres do que uma Europa em que os Estados membros defendam as suas regiões mais desfavorecidas.

Pior do que os egoísmos nacionais são os egoísmos das regiões mais ricas.

O Estado é ainda o melhor instrumento da repartição da riqueza pública pelo território.

Deste ponto de vista, a figura de região ultraperiférica é mais útil na União Europeia do que o simples conceito de região, membro do Comité das Regiões.

O estatuto especial das regiões ultraperiféricas foi enunciado no Tratado de Roma para os departamentos franceses de Guadalupe, Martinica, Guiana e ilha da

Reunião, e confirmados por um acórdão do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias em 1977, exactamente o ano em que a República Portuguesa pediu a adesão à CEE. Aliás, a posterior adesão de Portugal com os Açores e a Madeira e de Espanha com as Canárias conferiu uma nova dimensão à ultraperiferia e surgiram os novos programas comunitários Posei com medidas específicas para os territórios referidos.

Por sua vez, o Tratado de Amesterdão deu força jurídica a essas regiões ultraperiféricas. Reforçou-se deste modo a uniformidade das soluções para o desenvolvimento dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Embora haja nestes dispositivos comuns oferecidos pela Constituição da República Portuguesa, pelos estatutos político-administrativos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira e pelo Tratado da União Europeia muitas virtualidades a desenvolver, não me repugna conceber que a evolução institucional e política possa ser diferente para os Açores e para a Madeira.

Contrariamente à Madeira dirigida pelo PSD de Alberto João Jardim, os Açores sob a presidência de Carlos César apostaram na autonomia cooperativa para o seu progresso. E, ao participar num comício do PS na Graciosa, dei-me conta de uma enorme esperança na continuação da obra dos últimos quatro anos, que se estende a todas as nove ilhas.

Os próximos anos assistirão possivelmente à passagem da autonomia cooperativa à autonomia participativa nos Açores. E na Madeira?

In «Diário de Notícias»

ACTUALIDADES

Francisco Seixas da Costa

5 DE OUTUBRO EM BELGRADO



A partir deste ano, Belgrado passará a comemorar o seu 5 de Outubro. Nesta data, o último dos regimes autoritários europeus a ocidente da antiga URSS foi varrido por um impressionante movimento popular, que não deixa de recordar Abril.

Vale a pena, contudo, dizer que o isolamento internacional a que o regime foi votado teve um efeito decisivo neste desfecho. Por parte de quem tanto estimulou a oposição a Milosevic e acenou com promessas de ajuda ao país no caso da sua queda, a hora é de dar sequência útil aos compromissos assumidos.

Já amanhã, a União Europeia vai decidir o levantamento das sanções e definir um programa de ajuda. Importa que o apoio internacional ao novo regime se não confine à UE e que seja possível contar com outros contribuintes para o reforço de reconstrução. E que, no plano político, para todos continue a ser evidente a necessidade da manutenção

da Rússia no quadro de resolução da questão balcânica.

O Pacto de Estabilidade para o Sueste europeu pode agora avançar em pleno, o que dará outro sentido à próxima iniciativa da UE para a ex-Jugoslávia prevista para dentro de semanas em Zagreb. A União terá, aliás, neste contexto, que extrair todas as consequências da nova situação, nomeadamente no tocante ao rápido lançamento de negociações para um Acordo de Estabilização e de Associação, a exemplo do iniciado com a antiga República Jugoslava da Macedónia e com a Croácia e que se prevê para a Albânia e a Bósnia-Herzegovina. Todos estes passos devem ser rápidos, para ajudar os novos dirigentes a espelhar a sua credibilidade externa e a estabilizar a sua autoridade no país.

Da mesma maneira que funcionou como fator de instabilidade, Belgrado pode agora ser a chave de muitas soluções para a área dos Balcãs. É indispensável que as novas

autoridades deixem claro, de imediato, que o regime se distancia da anterior política de cariz nacionalista. Tendo sempre o cuidado de evitar que o Presidente Kostunica possa ser visto como um gestor de uma suposta humilhação histórica do seu povo, o novo regime deve, desde cedo, praticar uma política diferente face às minorias (nomeadamente na Vojvodina) e às zonas adjacentes à Sérvia.

Neste sentido, é de esperar das novas autoridades uma plena cooperação com as forças internacionais no Kosovo, com vista à implementação da resolução 1244 da ONU. Simultaneamente, a comunidade albanesa naquela província deverá entender que não poderá retirar devidos da nova situação, em termos que afectem os equilíbrios internacionalmente acordados.

Uma segunda questão prende-se com a Bósnia-Herzegovina e com a necessidade de Belgrado dar à República Srpska as mensagens certas para proporcionar, com o

auxílio da Croácia, o desbloqueamento dos impasses governativos que subsistem em Sarajevo e que entravam o cumprimento pleno do acordado em Dayton.

A regular instabilidade até agora induzida por Belgrado no Montenegro deve também cessar de imediato e ser substituída por um diálogo que permite o caminho para um modelo constitucional mutuamente aceitável.

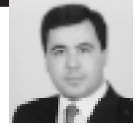
Todos temos que entender que o Presidente Kostunica tem perante si uma tarefa gigantesca, que as conhecidas clivagens na maioria que o levou ao Poder dificultarão. Se à sua indiscutível legitimidade democrática souber aliar um sentido de tolerância – que não é incompatível com o apuramento das responsabilidades do passado – e uma visão estratégica regional, o novo líder sérvio poderá garantir um lugar importante na foto de família dos obreiros da Europa da liberdade

In «Diário de Notícias»

IDEOLOGIA

José Conde Rodrigues*

SER DE ESQUERDA, HOJE!



Num momento em que se volta a discutir entre nós o valor da dicotomia esquerda e direita. Quando, a propósito da aprovação do próximo Orçamento de Estado, as diversas forças partidárias se procuram reagrupar por «blocos» esquerda/direita. Quando, ainda, se torna a afirmar que o Partido Socialista perdeu as suas referências, convirá avivar algumas convicções acerca do que significa ser de esquerda hoje, mesmo que essas convicções tenham a governabilidade ao centro por campo de acção.

É verdade que a mutação social que atravessamos, depois da queda do Muro de Berlim, com o consequente desmoronamento do socialismo estatista, bem como a emergência real da sociedade de informação, exigem um novo posicionamento dos partidos socialistas. É assumido ainda que as ideologias, longe de terem acabado, supõem antes um novo fôlego. Mas também é incontornável que o homem necessita de ideias claras, como de pão para a sua sobrevivência em sociedade. Os novos combates de esquerda são culturais, éticos e comportamentais. Ou seja, a discussão da propriedade dos bens, o problema do mercado e a sua regulamentação, a discussão sobre o tipo de sistema ou regras políticas a adoptar, tudo isso, apesar de continuar a ser importante, deixou de ser nuclear. O debate

público deve voltar a centrar-se naquilo que deixou de ser consensual.

Não basta dizer que a economia deve subordinar-se à política e falar num vago regresso desta. Isso significa confundir os planos de análise e ser incoerente na respectiva conclusão. Combater o relativismo, a ausência de excelência, a recusa de valores, ainda que procurados por cada um de nós, em pluralismo; combater a pretensa neutralidade do Estado, são os novos combates da esquerda que se quer democrática, mas acima de tudo liberal. E liberal não é libertário, ou neoliberal. Ser liberal é defender a autoridade da lei, mas também liberdade face ao poder político; defender o mercado, mas exigir que este cumpra padrões de razoabilidade eticamente sustentáveis na sociedade e na tradição; defender a autonomia mas com responsabilidade individual, defender os direitos mas também os deveres para com a comunidade; defender a igualdade, mas na sua complexidade social, sem igualitarismos redutores; defender a inovação, mas respeitando a diversidade existente.

Será esta a verdadeira revolução tranquila da esquerda. Uma revolução que lhe dará vigor face à direita, quer autoritária quer libertária. O liberalismo clássico, o retorno da ética, o regresso dos valores e da pertença

comunitária, constituem as novas referências para a esquerda nos dias de hoje.

A preocupação deve ser a de humanizar o capitalismo, não o deixando cair numa utopia escatológica, finalista, de sinal contrário à «velha» utopia comunista.

A sociedade civil deve ser forte, o Estado deve ser contido na diversidade das suas formas, mas forte na sua acção. Só assim se protegem os mais fracos, garantindo uma justiça com equidade em todas as esferas sociais.

Já não se trata apenas, na esquerda democrática, de encontrar um sentido para o bem comum, um conteúdo para a justiça, mas também de promover um entendimento sobre as regras do jogo numa comunidade política que garanta a verdadeira cidadania.

E a política, mais do que apenas acção, mais do que apenas uma ciência, faz-se de senso comum. É preciso governar com e para o povo, ainda que através de elites qualificadas (por muito que custe este termo de certas «elites» intelectuais com complexos pseudo-sociais). E o povo só se entusiasma se alguém lhe indicar uma visão simples, mas mobilizadora, um caminho claro, ainda que cheio de adversidade. Isso significa que as doutrinas rebuscadas, que servem e têm servido de orientação pedagógica dessas mesmas elites devem ficar à porta dos pequenos exemplos, das ideias simples.

Em suma, é preciso ter a coragem de assumir

que a esquerda continuará a ter um sentido ainda que hoje repensado em novos moldes e com um dever diferente na sociedade. E ser de esquerda é ter um lastro. É ter raízes e ancoradouro, onde outros são volúveis. É assumir um passado para enfrentar com mais vontade e segurança um futuro mais tranquilo. É entender a utopia, mas ter os pés assentes na terra, onde outros são resignados e pessimistas. É ser solidário onde se é egoísta. É ser fraterno onde se é indiferente. É ser humano para lá da tecnologia. É ser livre onde se vive agrihoado. Ser de esquerda é acreditar no Homem e na sua vontade de moldar a vida ao serviço da Humanidade.

Numa época em que, também entre nós, se faz gala na irresponsabilidade política, social, cultural, etc. Num período da nossa vida pública em que a «ideologia do sucesso fácil», do egoísmo exacerbado, com o risco de enfraquecermos os laços e as afinidades colectivas, é preciso um retorno a um republicanismo cívico. Na turbulência que agita as nossas instituições e a nossa vida pública, a responsabilidade, uma verdadeira cultura de responsabilidade, deve ser a referência dos cidadãos. E como dizia Karl Popper, «em vez de nos fazermos passar por profetas, temos de nos tornar criadores do nosso destino». Pensar assim e actuar em conformidade, é ser de esquerda hoje!

*Membro da Comissão Nacional do PS

EDUCAÇÃO

José Reis

PROSSEGUIR COM QUALIDADE



Um programa político é, por natureza, uma prova de iniciativa. Assim sendo, envolve acções e reacções, comporta regras, consolida uns mecanismos e rejeita outros, estabelece parcerias e adopta objectivos, disputa protagonismos e clarifica procedimentos. Ao governo exige-se que tenha uma agenda, que ela seja qualificante, que incuta determinação nas medidas que toma - e que baseie nisso a sua relação de confiança com a sociedade.

Para o ensino superior, a agenda do governo tem sido clara e tornou-se já óbvio que ela foi compreendida por todos os agentes que integram o sistema. O primeiro elemento dessa agenda é a sua própria existência - quer dizer, assume-se que nem o sistema pode ser gerido através da simples reacção aos impulsos que incidem sobre o governo nem o casuismo é um bom método. O segundo elemento é o inconformismo - nem nos resignamos com o conservadorismo da oposição, que se limita a tomar a descrição do caos como o método de representação da realidade, nem achamos que o sistema não exige qualificação permanente e regulação rigorosa. Por isso, e em terceiro lugar, falamos de qualidade, eficiência e confiança.

A prova da regulação está feita com as iniciativas que se tomaram ao longo dos últimos meses. Elas tiveram um sentido

evidente: assegurar qualidade e confiança no ensino privado; desbloquear o acesso à medicina; rejeitar que, no acesso ao ensino público, ainda subsistam critérios desqualificantes; deixar claro que a criação de novos cursos tem de ter fundamentação social e mobilizar recursos apropriados, sem parasitagem de qualquer tipo; mostrar que a contratualização e a assumpção objectiva de compromissos esvaziam o lugar que a pressão indevida e o casuismo espreitam sempre avidamente; garantir a todos regras claras e universais, com a força da convicção e a forma de lei; gerir bem o dinheiro público e tranquilizar os contribuintes quanto à elevada produtividade social dos investimentos, fazendo das discussões sobre financiamento uma base para evidenciar estratégias, em vez de um jogo de empurra, etc., etc.

Num contexto destes, o primeiro compromisso do Ministério da Educação e das instituições de ensino superior tem de ser com os estudantes. Isso alcança-se na medida em que se garanta um serviço de alta qualidade, disponibilizado com serenidade. Para que a mensagem de estabilidade não esteja rodeada de quaisquer dúvidas, o primeiro-ministro e o governo não hesitaram em garantir que a cativação de verbas previstas na Lei do Orçamento e no decreto de execução orçamental seria excepcionada para todo o ensino superior (são 31,2 milhões de contos,

e evidentemente que eles foram desativados porque tal é necessário e justo). Esta é uma garantia bem visível para o ano lectivo que agora se inicia. Se relembrarmos que o actual orçamento cresceu 16,5 por cento, não é necessário esgrimir mais números para mostrar que a sociedade portuguesa está a fazer um grande investimento no ensino superior. O outro lado desta moeda é a responsabilização das instituições quanto às tarefas que lhes estão cometidas no quadro da sua autonomia (que a oposição, contraditoriamente, quer limitar).

Uma mensagem de estabilidade tem de ser global: na gestão da conjuntura e no enquadramento do futuro. A lei de organização e ordenamento do ensino superior, publicada em Agosto, tem tido apoiantes e opositores. Estes últimos passaram da acusação de que era irrelevante à de que ela é «impraticável». Não importa aprofundar a análise da incoerência! Importa é relembrar aos protagonistas que o respeito por eles está em saber ouvir as suas reivindicações e dar-lhes conteúdo. Esta lei tem no seu cerne a ideia essencial de universalidade e de clareza de critérios para todo o ensino superior: para o público, para o privado, para o universitário e para o politécnico (por exemplo, no que respeita à criação de instituições ou cursos). Dignificação na diversidade e na identidade próprias de cada sub-sistema são as palavras-

chave. Era isso que todos reclamavam. Compreende-se que entre a reclamação intemporal e sem sequência e o empenho na aplicação concreta dos princípios proclamados vai alguma distância. Mas é por isso que a lei é essencial e será respeitada. Ninguém a meterá no bolso, porque ela é o documento fundador de uma prática de rigor e confiança. As suas imposições não serão, portanto, «impraticáveis». Só são impraticáveis leis para as quais não haja convicção e determinação - e para as quais não haja actores adequados. Ora, o sistema de ensino superior em Portugal tem, em todos os sectores, protagonistas cada vez mais qualificados.

É com esses actores - com todos eles - que o Ministério da Educação tem uma prática de confiança sólida. São esses os modos de qualificar o sistema, e é por aí que a qualidade se aprofunda. É por isso que, no início deste ano lectivo, faz sentido sublinhar que a administração funciona (aponto como exemplo único o «desenquadramento» das largas centenas de requerimentos de ensino privado, hoje em fase plena de instrução e decisão); que se usam as regras do jogo (e não a sua omissão) para garantir meios e alcançar resultados; que as exigências sobre o sistema são as da sua própria qualidade e consolidação.

In - Diário de Notícias -



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Sarau em Albufeira

Eduardo Ramos, Manuel Neto dos Santos e Fátima Murta estarão, amanhã, a partir das 21 e 30, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros, para participarem num sarau de música e poesia lusó-árabe. Também amanhã, à mesma hora, no salão cultural da Junta de Freguesia da Guia, vai ouvir-se fado. Trata-se da segunda eliminatória do IV Concurso de Fado Amador Cidade de Albufeira. O V Festival de Bandas Filarmónicas acontece este domingo, dia 15, com um programa que começa às 11 horas, prolongando-se até às 15, no Salão da Sociedade Musical e Recreio Popular de Paderne.

Música em Cascais

A cálida voz de Sara Tavares fará eco, hoje, no recinto do Casino Estoril, por ocasião de um aguardado concerto, que promete ser memorável.

Amália no Crato

A mostra intitulada «Amália – Um Ano de Saudade» está patente na galeria de exposições temporárias do Museu Municipal do Crato, com o objectivo de prestar homenagem a esta grande voz de Portugal. A exposição é a primeira a mostrar ao público os vestidos e objectos de adorno da «diva do fado», aquela que levou o nome de Portugal pelos quatro cantos do mundo. A mostra, organizada com a colaboração da Fundação Amália Rodrigues, vai estar aberta ao público até ao final do mês.

Concerto em Fafe

A Academia de Música José Atalaya, com a colaboração da autarquia farense, realiza, na noite de amanhã (21h30), no Estúdio Fénix, mais um concerto da série «Música em Diálogo». Os violinistas portugueses Vasco Barbosa e Lígia Soares interpretarão obras de grande virtuosidade num espectáculo com entrada livre.

Tertúlia em Faro

Amanhã e no sábado desce ao Sul do País o Sindicato de Poesia de Braga para mais um Encontro de Outono na capital algarvia. Para encerrar este *meetings* poéticos, a edilidade farense preparou uma tertúlia dedicada à leitura de poemas de autores contemporâneos. O Clube Farense, na Rua de santo António, acolherá a maior parte dos eventos que compõem esta iniciativa.

Cinema em Guimarães

A companhia Lua Cheia-Teatro Para Todos leva à cena, hoje e amanhã, no Paço dos Duques de Bragança, a peça «As Menina do Mar» «X-Men», de Bryan Singer, é o filme que poderá ver hoje, no Cinema São Mamede. A partir de amanhã e até ao dia 19, a mesma sala de espectáculos exhibe a película Um Susto de Filme». Este sábado, dia 14, pelas 21 e 30, vá até à Igreja de São Jorge de Selho e assista a um concerto da Orquestra do Norte. «Transpointing», de Danny Boyle, estará em reposição no Auditório da Universidade do Minho, hoje, a partir das 21 e 45, e a entrada é livre. As pinturas de Paulo Martins poderão ser apreciadas, até domingo, dia 15, no Posto de Turismo da Praça de São Tiago. A «Fuga das Galinhas» – a mais recente realização de Nick Parker e prometedor espectáculo de animação – estreia na terça-feira, dia 17, às 21 e 30, no Auditório da Universidade do Minho.

Baile em Lisboa

A cantora brasileira Marisa Monte dará um concerto, amanhã, no Coliseu dos Recreios. «In Real Time» é um espectáculo que nasce da colaboração inédita entre a companhia de dança Rosas, o grupo de teatro STAN, o escritor Gerardjan Rijnders e a formação de jazz Aka Moon. Actores, bailarinos e músicos estarão amanhã e no sábado, a partir das 21 e 30, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém. Novos encontros e paços de dança estão de regresso à Tenda do Centro Cultural de Belém este sábado, dia 14, entre as 16 e as 19 horas. Trata-se de um baile, com a orquestra Chave d'Ouro, de entrada livre, que promete deliciar os participantes com boa música e uma atmosfera jovial.

Exposição em Montemor-o-Velho

«Instrumentos Musicais» é a mostra que poderá apreciar, até à quarta-feira, dia 18,

Ala dos Namorados

Grande Auditório Centro Cultural de Belém

18 e 19 de Outubro, 21h30

CRISTAL

na Escola do 2º e 3º ciclos do ensino básico Santos Bessa. A exposição realiza-se no âmbito da Festa das Artes'2000 promovida pela autarquia local.

Filme em Paredes de Coura

No sábado, às 22 horas, e no domingo, às 15 e às 22 horas, será exibida a mais recente produção cinematográfica assinada por Paul Verhoeven, «O Homem Transparente», com Elisabeth Shue e Kevin Bacon.

Coros em Portimão

O primeiro Encontro de Grupos Corais do Algarve e Baixo Alentejo realiza-se no sábado, dia 14, no Boa Esperança Atlético Clube.

Arte brasileira no Porto

A próxima grande exposição do Museu de Arte Contemporânea apresenta a obra de três nomes maiores da arte brasileira, Lygia Pape, Artur Barrio e António Manuel. A exposição, que se inicia sábado e se prolonga até 24 de Dezembro, intitula-se «Três Histórias do Brasil» e decorre no âmbito da programação de Artes Plásticas da Capital da Cultura – Porto-2001. Paralelamente a esta mostra será exibido um ciclo de cinema brasileiro que principia com dois filmes realizados por Lygia Pape e António Manuel, prosseguindo com obras de realizadores brasileiros escolhidos por estes artistas, devendo o programa completo ser anunciado brevemente.

Festival em Seia

O Cine Eco – Festival Internacional de Cinema e Vídeo de Ambiente de Seia / Serra da Estrela, na sua sexta edição, decorre a partir de amanhã, prolongando-se até ao dia 22. Entre as actividades paralelas ao Cine Eco'2000, destaque-se três concertos – Carlos Mendes, Joel Xavier e Dulce Guimarães –, uma exposição sobre a vida e obra do realizador Luís Buñuel e uma acção de formação sobre ambiente.

Recital em Sintra

Os solistas da Orquestra Metropolitana de Lisboa actuarão, no sábado, dia 14, pelas 17 horas, no Palácio Valenças, no âmbito da iniciativa «Sons de Sintra – Primavera, Verão e Outono». Até ao próximo dia 21 encontra-se aberta ao público, no mesmo local, a exposição «palácio Valenças: 60 anos de Leitura Pública». A mostra poderá ser visitada de segunda a sexta-feira, das 9 às 19 horas, e aos sábados, entre as 14 e 30 e as 19 e 30.

SUGESTÃO

«Zeca Afonso antes do mito»

José Afonso será recordado durante a apresentação pública da obra mais recente de António Santos Silva. Eternizado pela voz única e pela cívica exigência dum «cidade sem muros», diz-se de Zeca que era um estudante «igual» a tantos outros da academia de Coimbra. Num livro sobre o trovador, cujo lançamento decorre, pelas 18 horas, na Sociedade de Língua Portuguesa, em Lisboa, o amigo do cantor recorda que nesses anos, entre ambos, «o próprio silêncio era de comunhão e de diálogo». O autor de «Zeca Afonso antes do mito»-quis, com esta obra, dar a conhecer «aqueles momentos imperfeitos, mas de tanta humanidade»-vividos ao lado da voz de Abril. Num poema dedicado ao poeta falecido em 1997, com que termina o livro, António dos Santos e Silva afirma: «Eras igual a nós / Não fora o canto, / Mas, ao som da tua voz, / Rulávamos asas... / De amor e pranto». Apesar do mito, ressalva, «nesta selva de oportunismos e ambições, (Zeca) conseguiu o milagre de preservar, até ao extremo, a sua verdadeira matriz – a autenticidade, a inquietação e a capacidade de inquietar». O livro «Zeca Afonso antes do mito», uma edição da Minerva Coimbra, será apresentada por Carlos Carranca, num encontro que terminará com uma serenata de Coimbra, a cargo do Porta Férrea.

POEMA DA SEMANA

Miguel Torga

Quantas vezes soletro o teu nome, Miguel Torga!... A última é sempre a vez primeira. Na fogueira do teu nome, sou eu quem se consome – ritual da Paixão – de te escrever –.

Lembras-te da mística Santa Teresa? ...morro por não morrer, sentimento trágico – beleza! Como o outro da Ibéria também tu fazes pombas de papel, livres vão de Coimbra ao fim do mundo.

E eu na fome de te nomear do chão de Federico ergo-me feliz p'ra te cantar. – D. Miguel!... (olho o céu, hesito).

Pombas de papel branco com marcas de um azul da cor do mar, entram, regressadas não sei d'onde, pela janela do Poeta. E tu, num banco, olhando as horas sobre o rio, olhas o casario e os versos que da janela vão abrindo as asas para ti, que os vens cumprimentar.

Carlos Carranca
«Espírito da Raiz», 1996



A REFORMA FISCAL

Transformar o conjunto de alterações na política fiscal que o País reclama, numa questão semântica é um rematado disparate.

Neste contexto, é pouco importante saber se as diversas iniciativas legislativas em discussão na Assembleia da República constituem ou não uma Reforma Fiscal. Curiosamente a ideia da «Reforma» é recuperada essencialmente, pelo Partido Comunista.

Não é, aliás, inocentemente que o faz. O PCP considera que é o pai e o motor das alterações legislativas em curso, só porque foi o que correu mais depressa, a apresentar na mesa da Assembleia da República o respectivo diploma e, tendo percebido, a inevitabilidade da evolução para um sistema de maior justiça fiscal, quer colar-se, desde já, ao benefício.

São muito importantes as iniciativas que a Assembleia da República discute. São sobretudo muito importantes e justas as soluções que o Governo propõe, no domínio da tributação do rendimento, no combate à fraude e evasão fiscal e na procura incessante da verdade e transparência da fiscalidade.

Mas estas iniciativas não são mais que uma parcela, decisiva e importante embora, da Reforma Fiscal.

A Reforma Fiscal não é um momento de ruptura, é sim um processo continua, global e coerente de transformação.

Alterar a legislação e os regulamentos é fundamental e indispensável, mas é também incontornável produzir significativas melhorias na Administração Fiscal e no equilibrado e razoável garantismo dos contribuintes e dos cidadãos em geral.

Por outro lado, a política fiscal não é neutra (ou não deve ser) quer do ponto de vista programático ou do ponto de vista ideológico.

A punção fiscal é um elemento decisivo na definição dos objectivos de uma sociedade e na estruturação de uma economia.

Orientar a poupança, regular o consumo, estimular o investimento, promover o desenvolvimento equilibrado das regiões, redistribuir os rendimentos, afectar positivamente o rendimento disponível das famílias, etc., etc., são objectivos cuja concretização não dispensa o uso dos instrumentos da política fiscal.

São, aliás, estas as funções essenciais do Sector Público resumidamente articuladas como sendo a função afectação, a função estabilidade e a função de distribuição.

E é também por isto, e sobretudo por isto (ao contrário do que defende o PCP), que é legítimo articular as alterações fiscais, por mais importantes que sejam, ao Orçamento de Estado.

O Governo pretende desagrar significativamente os contribuintes por conta de outrem e quer melhorar muito significativamente a justiça e a equidade.

São objectivos que, com outros, constituem a base programática da governação socialista. Por isso, muito naturalmente, têm de ser interdependentes da política orçamental.

Quem rejeitar, por razões exclusivamente partidárias, uma política orçamental que tem como base essencial a diminuição dos impostos de um número significativo de contribuintes e a criação, na prática, dum rendimento fiscal mínimo que irá beneficiar cerca de 1.600.000 de portugueses, terá de assumir a sua responsabilidade.

Não há, não pode haver, simultaneamente, Sol na feira e chuva no nabal.

«Sem desporto nas escolas, nas universidades, nas empresas, sem mais infra-estruturas e formadores nas autarquias e nos bairros urbanos, sem apoio aos clubes nas modalidades amadoras, não se pode esperar milagres nos Jogos Olímpicos»

Manuel Alegre
Expresso, dia 7 de Outubro

«O desaire da participação portuguesa, depois dos de Barcelona e Atlanta, deve levar a uma reflexão sobre o futuro do desporto. É preciso uma política e uma mudança de mentalidade»

Idem, ibidem

«Não basta investir no Euro 2004. É urgente investir na política desportiva como parte integrante da formação humana»


Idem, ibidem

«A partir deste ano, Belgrado passará a comemorar o seu 5 de Outubro. Nesta data, o último dos regimes autoritários europeus a ocidente da antiga URSS foi varrido por um impressionante movimento popular, que não deixa de recordar Abril»

Francisco Seixas da Costa
Diário de Notícias, 8 de Outubro

«Vale a pena, contudo, dizer que o isolamento internacional a que o regime foi votado teve um efeito decisivo neste desfecho»

Idem, ibidem



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____


Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo
Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa
Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

